

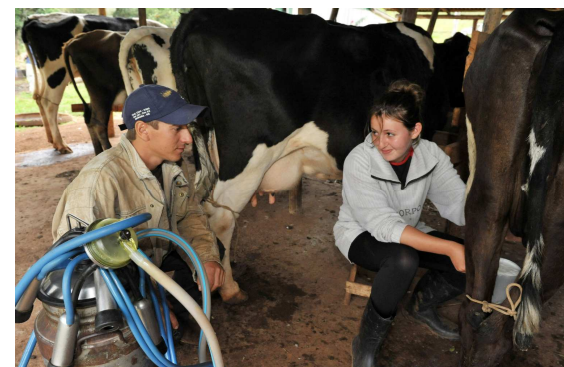
Plano Anual
de Trabalho

PAT

**2
0
1
3**



Convênio:
Secretaria de Desenvolvimento
Rural, Pesca e Cooperativismo



PORTO ALEGRE
2012

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Ascar

DIRETORIA EXECUTIVA DA EMATER/RS E SUPERINTENDÊNCIA DA ASCAR

LINO DE DAVID

Presidente da Emater/RS
Superintendente Geral da Ascar

GERVÁSIO PAULUS

Diretor técnico da Emater/RS
Superintendente técnico da Ascar

SILVANA DALMÁS

Diretora administrativa da Emater/RS
Superintendente administrativa da Ascar

DIRETORIA SOCIAL DA ASCAR

IVAR PAVAN

Presidente

RUI POLIDORO PINTO

Vice-presidente

ELTON ROBERTO WEBER

Vice-presidente

PLANO ANUAL DE TRABALHO PAT 2013



**PORTO ALEGRE
2012**

(Catalogação na publicação - Biblioteca da EMATER/RS-ASCAR)

E53p EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR
Plano anual de trabalho da Emater/RS-Ascar: 2013/. Emater. Rio Grande do Sul/ASCAR. - 2. ed. rev. - Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2012.
89 f.: il. - (Série Relatórios).

1. Plano de Trabalho. 2. Extensão Rural. 3. Rio Grande do Sul. I. Título. II. Série.

CDU 63.001.8"2012"(083.92)

REFERÊNCIA:

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Plano anual de trabalho da EMATER/RS-ASCAR: 2013.** Porto Alegre, 2012. 89 f. 2. ed. rev. (Série Relatórios).

EMATER/RS-ASCAR - Rua Botafogo, 1051 - 90150-053 - Porto Alegre/RS - Brasil
fone (0XX51) 2125-3144/fax (0XX51) 2125-3156
<http://www.emater.tche.br> E-mail: biblioteca@emater.tche.br

SÉRIE RELATÓRIOS

Elaboração: Gerência de Planejamento – GPL
Gerente: Cordula Eckert
Núcleo de Informações Estruturais e Conjunturais – NIP
Catalogação Internacional na Publicação: Cleusa Alves da Rocha, CRB 10/2127
Formatação: Naira de Azambuja Costa

APRESENTAÇÃO

O PLANO ANUAL DE TRABALHO 2013 (PAT) apresenta as principais atividades a serem executadas pela EMATER/RS-ASCAR junto aos agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, pecuaristas familiares e pescadores artesanais, existentes em cerca de 12.000 localidades rurais de 492 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos nos doze escritórios regionais (Esreg).

Com o apoio dos técnicos dos Esreg e do escritório central, sob a coordenação da Gerência de Planejamento (GPL), essas atividades foram planejadas pelos extensionistas dos escritórios municipais (EM), com a participação dos(as) agricultores(as) e das parcerias, como prefeituras municipais, conselhos de desenvolvimento, comunidades, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, cooperativas e associações.

As atividades planejadas têm como foco: a) a geração de renda, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em ações produtivas, com ênfase na transição agroecológica; b) a organização econômica das atividades; c) a inclusão social e produtiva no meio rural; d) incorporação da dimensão ambiental, de forma transversal, nas ações de Ater; e) execução de políticas públicas em todos os níveis. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, através de ações de assistência técnica e social no meio rural.

Fica evidenciado que a Ater tem um papel vital no apoio à produção de alimentos, particularmente pelo manejo dos agroecossistemas que assegurem o enfoque sistêmico, respeitem a diversidade ecológica e valorizem os aspectos culturais das distintas regiões, construindo assim patamares crescentes de sustentabilidade. Ressalta-se a ênfase na promoção e na garantia de direitos, através de ações de inclusão social e produtiva, da promoção da cidadania das famílias rurais e da sustentabilidade ambiental.

É importante reconhecer também que ainda existe pobreza no meio rural. O grande desafio que se coloca à EMATER/RS-ASCAR é tornar o RS mais igual no meio rural, com uma atuação consistente, visando à inclusão social e produtiva dessas famílias, em uma perspectiva emancipatória.

Mais do que apoiar processos produtivos, é fundamental atuar fortemente na gestão “para além da porteira”. Dar ênfase às iniciativas como a da qualificação das agroindústrias familiares, da organização para o associativismo e do fortalecimento das pequenas e médias cooperativas, a partir da atuação de equipes técnicas multidisciplinares.

Sabe-se que o meio rural vai além da aptidão agrícola (mais do que um espaço de produção), é um lugar para se viver, com direito ao acesso à cultura, ao lazer, à educação e à cidadania, interagindo de forma harmoniosa com o ambiente natural. Para isso, é necessário que se tenha uma abordagem de desenvolvimento rural, além do agrícola, que integre esse conjunto de questões e incorpore o tema da juventude rural e a sucessão familiar.

Os desafios que se colocam requerem uma postura de contemporaneidade da extensão rural, que garanta na execução de suas atividades um processo contínuo e permanente de formação, tanto de técnicos como do público assistido. Estão incorporados neste documento compromissos firmados com o Governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (Seapa), da Secretaria de Obras Públicas (SOP) e da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) entre outras. O Planejamento também contempla os convênios ou contratos firmados com o Governo federal, em especial com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Especificamente com a SDR, o objetivo é prestar serviços de Ater para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores, indígenas e quilombolas nas seguintes prioridades:

- fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar;
- irrigação e usos múltiplos da água;
- assistência técnica e social e apoio às comunidades quilombolas e indígenas;
- soberania e segurança alimentar, abastecimento e inclusão social e produtiva no meio rural; e
- assistência técnica a cooperativas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo Rural Gaúcho.

Em síntese, o que se pretende, para além da projeção e do alcance de metas qualitativas ou quantitativas, é contribuir na construção de processos de desenvolvimento rural sustentável, em parceria com as demais instituições e atores sociais. Processos baseados na promoção da participação como opção metodológica privilegiada para fortalecer o grau de empoderamento das famílias rurais e, sobretudo, que assegurem a sustentabilidade dos sistemas de produção e respeitem o ambiente.

A Direção.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 2 FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E REGIONAIS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA.....	13
2.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANIMAL	14
♦ Bovinocultura de leite (produção sustentável de leite)	14
♦ Pecuária familiar.....	16
♦ Pesca artesanal	19
♦ Piscicultura	21
♦ Outras criações agregadas	23
♦ Suinocultura	23
♦ Apicultura	23
♦ Avicultura colonial	24
♦ Bovinocultura de corte	24
♦ Ovinocultura	25
2.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO VEGETAL.....	26
♦ Milho	26
♦ Feijão	28
♦ Trigo	29
♦ Soja	30
♦ Sistemas Agroflorestais (SAF).....	31
♦ Silvicultura	33
♦ Fruticultura	35
♦ Olericultura	36
♦ Outras atividades agregadas	37
♦ Agroenergia	37
♦ Arroz irrigado.....	37
♦ Floricultura	38
♦ Mecanização agrícola.....	38

2.3 AÇÕES ESPECÍFICAS COM FOCO EM AGROECOLOGIA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MANEJO DO SOLO	39
♦ Conservação do solo e da água	39
♦ Agricultura de base ecológica	42
♦ Plantas bioativas, medicinais, aromáticas e condimentares	43
♦ Congresso Brasileiro de Agroecologia	44
2.4 PROGRAMAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR, COMERCIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS	45
♦ Segurança e soberania alimentar (SAN)	45
♦ Agroindústria familiar	47
♦ Artesanato rural	49
♦ Turismo rural	51
2.5 PROGRAMAS DE APOIO À GESTÃO E AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	52
♦ Reservação de água e irrigação	52
♦ Cooperativismo	54
♦ Crédito Rural - Pronaf	58
♦ Seguro Agrícola Familiar (Seaf)	60
 3 INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO MEIO RURAL	61
3.1 BRASIL SEM MISÉRIA E RS MAIS IGUAL - RURAL	61
♦ Povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas)	63
♦ Garantia de direitos - Ações socioassistenciais	66
♦ Ates em assentamentos de Reforma Agrária	68
♦ Crédito Fundiário	70
3.2 GÊNERO, JUVENTUDE RURAL, SUCESSÃO FAMILIAR E GERAÇÃO	71
♦ Questões de Gênero - Mulher Rural	71
♦ Juventude rural e sucessão familiar	73
♦ Geração (idosos)	75
3.3 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL	77
♦ Educação e promoção da saúde	77
♦ Políticas públicas em saúde	78
3.4 GESTÃO AMBIENTAL	79
♦ Educação ambiental e RS Biodiversidade	80
♦ Geoprocessamento	82

4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICOS E AGRICULTORES	85
♦ Formação de técnicos	85
♦ Qualificação de agricultores	86
 5 OUTRAS ATIVIDADES	 87
♦ Classificação e Certificação	87
♦ SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E DADOS BÁSICOS	89

INTRODUÇÃO

O PAT apresenta as principais atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR para 2013. Esse processo de planejamento inicia-se em nível municipal, considerando as atividades que vinham sendo desenvolvidas e as expectativas sobre o futuro, a capacidade das equipes em executar as ações de Ater (em termos de recursos físicos e de infraestrutura disponíveis), as prioridades municipais e regionais, os compromissos com os Governos estadual e federal, em consonância com a Missão da Instituição.

MISSÃO

Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando ao fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Para o processo de construção dos planejamentos municipais foi, inicialmente, acordada como necessária a unificação de procedimentos e de formulários em apoio ao processo de planejamento dos EM. Para isso, foi proposta a elaboração de um Estudo de Situação e de um Plano Operativo Municipal (PO) e definida uma estratégia básica para a construção do processo de planejamento, respeitando especificidades regionais e municipais.

O formulário Estudo de Situação objetiva a junção de dados e informações relativos aos municípios, a partir de dados estatísticos e indicadores oficiais disponíveis nos EM, planilhas repassadas pelos Esreg e pela GPL, levantamentos junto a entidades e órgãos municipais, informações colhidas junto a grupos, comunidades locais, associações e cooperativas. A proposta é que a equipe do EM, com o Estudo de Situação, tenha de forma centralizada todos os dados referentes ao seu município, incluindo informações econômicas, ambientais e sociais.

Para complementar o levantamento de informações relativas às comunidades e ao município, outras ferramentas são utilizadas, tais como leituras de paisagens (agregando informações a partir da percepção dos atores em relação à paisagem percorrida) e reuniões (com uso de visualização móvel, montagem da Fofa (ferramenta que identifica as fortalezas e fraquezas, as oportunidades e ameaças de uma comunidade, organização ou de um plano) e outras, quando são levantadas e discutidas criticamente informações sobre a realidade municipal e das próprias comunidades).

Essas informações analisadas e criticadas colaboram para a problematização da realidade vivida nas comunidades e no município. Frente a isso, auxilia na avaliação crítica sobre a ação extensionista desenvolvida e sua continuidade para os anos futuros, priorizando-se as previstas para 2013. Entendendo-se que a análise e a crítica dos dados não podem refletir unicamente o olhar da equipe técnica da EMATER/RS-ASCAR, propôs-se que o Estudo de Situação fosse validado, complementado e analisado em reunião municipal com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e ou com lideranças rurais e urbanas comunitárias e municipais. O processo de planejamento continuado realizado pela equipe do EM da EMATER/RS-ASCAR é, assim, mediado pela ação educativa, dialógica e participativa, refletindo o anseio das comunidades envolvidas e dos parceiros que, juntos, constroem uma caminhada na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

Para esse processo, os EM contam com o apoio e suporte do supervisor e dos assistentes técnicos regionais (ATR) das diversas áreas de atuação da Instituição.

Problematizada a realidade do município, são analisadas as principais dificuldades e as demandas do município, bem como definidas as prioridades a serem incorporadas no planejamento do EM da EMATER/RS-ASCAR, considerando as suas condições concretas de atuação em termos de recursos humanos e da infraestrutura disponível. Essas prioridades passam a compor o PO 2013.

A elaboração do PO 2013 orienta-se por:

- diretrizes institucionais (Diretrizes Para a Ação Extensionista da EMATER/RS-ASCAR 2011);
- estratégias definidas pelo Esreg;
- tipologias identificadas de produtores e famílias;
- questões prioritárias para os diferentes públicos;
- demandas de grupos, associações e comunidades;
- programas prioritários. A definição das prioridades considera as estratégias de atuação da prefeitura municipal, parceira com quem a EMATER/RS-ASCAR mantém convênio para a atuação no município. Também são considerados os compromissos institucionais firmados com o Governo do Estado com vistas à execução de programas governamentais prioritários e com o Governo federal.

No processo de construção do PO 2013, os seguintes passos são observados:

1. Definição da prioridade de público a ser atendido, considerando a busca de públicos: excluídos (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares empobrecidos) e juventude rural. Ou seja, além dos(as) agricultores(as) familiares, público tradicional da extensão rural, incentivou-se a incorporação de públicos social e economicamente excluídos.

2. Avaliação do trabalho realizado pelo EM, considerando a trajetória histórica das atividades realizadas, identificando-se as fragilidades, os gargalos, os avanços e as potencialidades encontradas para a execução de metas e seus impactos para o público envolvido e para o município. A par dessa avaliação do trabalho realizado, agregam-se demandas de Ater ainda não executadas, bem como novas demandas apresentadas pelo público e definem-se as prioridades para o novo período.

Essa definição de prioridades explicita as atividades e práticas propostas para a ação extensionista, considerando as diversas dimensões da sustentabilidade: a econômica, a ambiental, a social e a cultural.

Também são relacionados os métodos de Ater a serem utilizados para a execução dessas ações como: visitas, reuniões, seminários, dias de campo, implantação e acompanhamento de unidades demonstrativas (UD), de referência, de experimentação participativa, de observação, etc., excursões técnicas, qualificações através de cursos e oficinas e o uso de métodos massivos como campanhas, programas de rádio e TV, etc.

3. Definição da priorização das ações extensionistas, considerando os compromissos institucionais do EM com os programas de Governos municipal, estadual e federal, as estratégias e especificidades regionais e as prioridades institucionais.

Nesse processo, são consideradas as prioridades definidas pela prefeitura municipal e pelos Conselhos Municipais, tendo em vista a necessidade de conjunção e maximização de esforços das diversas parcerias com atuação no município.

Também são considerados os compromissos institucionais firmados pela EMATER/RS-ASCAR com o Governo de Estado, com vistas à execução de programas prioritários como agroindústria, irrigação, leite, enfrentamento da pobreza rural, públicos específicos, pesca e aquicultura, agricultura de base ecológica e cooperativismo.

4. No âmbito federal, de modo articulado com as entidades locais e a SDR, o MDA é parceiro privilegiado no desenvolvimento das políticas públicas mais amplas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), crédito fundiário e territórios da cidadania, entre outras. Também são considerados os compromissos firmados através das Chamadas Públicas com o Governo federal, incluindo a Chamada do MDA, que propõe a diversificação de atividades em áreas produtoras de tabaco (em fase de finalização), as com o Incra para assistência técnica e social (Ates) a assentamentos rurais que estão em execução e as novas Chamadas do MDA, cuja execução inicia-se em 2013, referente às Chamadas do Cooperativismo, à da Sustentabilidade e à do Programa Nacional do Crédito Fundiário.
5. Complementação e validação da priorização das metas propostas em reunião com o CMDR ou com parcerias, lideranças rurais e urbanas. O planejamento do EM da EMATER/RS-ASCAR deve ser uma construção e um compromisso coletivo com as entidades representativas dos públicos beneficiários e prestadores de serviços, tais como sindicatos, conselhos, movimentos sociais, instituições ensino, crédito, pesquisas, saúde e assistência social.
6. Inserção das metas planejadas e priorizadas no formulário do PO, e no Sistema de Registro de Planejamento (Sisplan) da EMATER/RS-ASCAR.

A partir do conjunto dos PO dos 492 municípios onde a EMATER/RS-ASCAR atua, é elaborado este documento que apresenta o PAT 2013 da EMATER/RS-ASCAR e que é o produto final dos compromissos assumidos pela Instituição com a população rural do Estado.

Participaram também dessa construção coletiva, além das 492 equipes locais, 10 equipes regionais, a equipe do escritório central e dos postos de classificação que, de modo articulado, executam esse Plano.

2 FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E REGIONAIS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Quando um ecossistema é modificado pela ação humana para desenvolver formas de agricultura, estamos diante de um processo que inclui múltiplas dimensões, para além de mudanças físicas no sistema. Entram em cena variáveis culturais, econômicas, sociais, ambientais, técnicas, de relação com o mercado e com as políticas públicas, que conformam as dinâmicas internas e externas do agroecossistema. Segundo a definição de Conway (1997), os agroecossistemas são “sistemas ecológicos modificados pelo ser humano para produzir comida, fibra ou outro produto agrícola”.

Significa compreender o local de produção de forma muito diferente do enfoque técnico-científico convencional, que vê o solo apenas como suporte físico para as plantas, e considerar os cultivos não de forma isolada, mas sim a partir das interações ecológicas e das relações sociais e econômicas que se processam nos agroecossistemas.

Assim, é importante pensar o planejamento de uma unidade de produção com enfoque sistêmico, prevendo as ações de Ater de forma abrangente, incluindo as propostas em relação aos cultivos e às criações inseridas em seu meio ambiente, compreendendo o solo, a vegetação, a água e a família nesse meio ambiente, com suas demandas de saneamento básico, suas demandas cidadãs, de caráter social e de qualificação nas mais diversas áreas temáticas.

Essa concepção sistêmica está especialmente presente na agricultura familiar, que se caracteriza por apresentar sistemas de produção diversificados, o que é incentivado pela extensão rural como forma de diminuir a dependência em relação a determinados produtos, aumentando o seu grau de sustentabilidade e de soberania alimentar.

Com vistas a agregar os grandes temas de atuação neste documento, as metas planejadas foram organizadas por áreas temáticas, a seguir apresentadas.

2.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Neste item, estão incluídas as principais atividades de criação planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam:

- bovinocultura de leite (produção sustentável de leite);
- pecuária familiar, pesca e aquicultura;
- outras criações agregadas - suinocultura, apicultura, avicultura colonial, bovinocultura de corte e ovinocultura.

◆ Bovinocultura de leite (produção sustentável de leite)

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite do país, com mais de 3,8 bilhões de litros anuais (IBGE, 2011), significando 12% da produção nacional. São produzidos, diariamente, em média, 10,6 milhões de litros de leite. A capacidade do parque industrial do Estado, atualmente, é de 16 milhões de litros/dia. A produtividade é a mais alta do Brasil, chegando a 2.536 litros/vaca ordenhada ano. Existem no Estado 441 mil estabelecimentos rurais e 134 mil produtores de leite, dos quais 70% comercializam menos de 100 litros do produto por dia (IBGE, 2006). A produção leiteira tem um significativo potencial de crescimento no Rio Grande do Sul, pelo seu clima temperado, fertilidade do solo, boa disponibilidade de água, produção predominantemente à base de pasto, em pequenas propriedades com mão de obra familiar, e baixo custo de produção. A produção de leite também é uma excelente alternativa para os produtores de tabaco, que deverão migrar para outras atividades devido aos acordos internacionais de redução na sua produção. Cabe lembrar que o aumento de produção deverá ser executado, proporcionalmente, ao aumento do mercado a fim de que o excesso de produção não venha a aviltar o preço pago ao produtor. O trabalho da EMATER/RS-ASCAR nessa atividade visa promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das unidades familiares de produção de leite, com o aumento da produção a partir da incorporação de tecnologias de baixo custo, tendo por base o insumo conhecimento, e a elevação da qualidade do produto.

Atividades prioritárias:

- Qualificar e profissionalizar os produtores de leite.
- Fornecer assistência técnica e extensão rural grupal aos produtores de leite.
- Aumentar a produção e melhorar a renda dos produtores de leite.
- Introduzir o gerenciamento da atividade leiteira.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade		433
Total de produtores nos municípios	nº	129.450
Produtores atendidos		23.000
Total de vacas nos municípios	nº cabeças	1.339.714
Manejo do rebanho	nº produtores	23.577
	nº vacas	274.139
	litros leite	1.926.451.715
Criação correta de terneira e novilha	nº produtores	11.596
	nº cabeças	49.063
Manejo à base de pasto	nº produtores	20.818
	nº hectares	289.364
Gerenciamento da atividade leiteira	nº produtores	3.180
Melhoria da qualidade do leite	nº produtores	17.771
	nº resfriadores	14.101
Organização de produtores	nº produtores	10.821
	nº grupos	883
Uso de fitoterapia/homeopatia	nº produtores	3.471
Implantação de forrageiras	nº produtores	14.227
	nº hectares	53.765

DESTAQUE

A qualificação dos agricultores familiares de leite é uma prioridade da EMATER/RS-ASCAR, viabilizando sua permanência na atividade e no meio rural, pelo aumento da renda.

◆ Pecuária familiar

O Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM) foi instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de outubro 2010, e regulamentado pelo Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011. É coordenado pela Seapa e pela SDR.

À EMATER/RS-ASCAR cabe a operacionalização do PECFAM, tendo na Ater continuada o instrumento para assistir e buscar o desenvolvimento das mais de 40 mil famílias de pecuaristas familiares gaúchas.

A demanda mundial por carne bovina vai sofrer uma forte impulsão a partir das melhorias econômicas com reflexos no consumo por parte da população mundial. O rebanho bovino brasileiro conta com um estoque de 209 milhões de cabeças, que segundo o IBGE (2012), é o maior rebanho com fins comerciais do mundo. Na região Sul do Brasil e principalmente no Rio Grande do Sul, predominam os bovinos taurinos (*Bos taurus*), de origem europeia, que se adaptam perfeitamente ao ambiente, caracterizado por temperaturas médias mais baixas e com forrageiras de alto valor nutritivo.

Segundo a Produção da Pecuária Municipal e Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 2011), o Rio Grande do Sul possui 14.469.307 de cabeças. No tocante aos ovinos, os pecuaristas familiares detêm 3.975.258 de cabeças, quase a totalidade do rebanho gaúcho.

Os pecuaristas familiares estão presentes em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, mas concentram-se principalmente na metade Sul e nos Campos de Cima da Serra. São mais de 40 mil famílias que reúnem aproximadamente três milhões de cabeças de bovinos.

Distribuição das famílias de pecuaristas familiares no Estado (SCHNEIDER, 2012):

- Região da Campanha/Fronteira Oeste: 10.000 famílias.
- Região Metropolitana: 4.500 famílias.
- Região dos Campos de Cima da Serra: 6.000 famílias.
- Região Sul: 10.000 famílias.
- Região Central: 9.500 famílias.

Os pecuaristas familiares têm como características peculiares os seguintes aspectos: um modo de vida e não um sistema de produção; a procura por manterem-se com recursos próprios evitando a dependência de recursos externos; interação com a natureza calcada em um projeto de sobrevivência; estabelecimento de relações com mercados diversificados e destacando-se ações de pluriatividade.

As metodologias utilizadas para o manejo dos rebanhos bovinos e ovinos são: o melhoramento do campo nativo, que têm nas Unidades de Experimentação Participativas (UEP) uma forma de educação e assistência técnica continuada; o melhoramento genético dos animais, com utilização de políticas públicas e privadas; e a comercialização organizada, através da venda direta dos produtos oriundos das propriedades.

As ações de Ater estão baseadas na necessidade de sustentabilidade econômica, ambiental e social, com atenção à ecologização das práticas e à recuperação/manutenção da biodiversidade local e foco na constante valorização da qualidade da vida dos integrantes das famílias dos pecuaristas.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	109
Total de produtores nos municípios		56.477
Produtores atendidos		5.000
Total de bovinos nos municípios	nº cabeças	3.803.948
Total de ovinos nos municípios		1.585.807
Manejo do rebanho bovino convencional	nº produtores	4.348
	nº cabeças	195.566
	produção carne (kg vivo)	25.294.908
Manejo do rebanho bovino ecológico	nº produtores	182
	nº cabeças	6.610
	produção carne (kg vivo)	704.550
Manejo do rebanho ovino convencional	nº produtores	1.893
	nº cabeças	113.993
	produção lã (t)	4.264
Manejo do rebanho ovino ecológico	produção carne (kg vivo)	1.878.207
	nº produtores	111
	nº cabeças	5.495
Ações com pecuaristas familiares	produção lã (t)	23,31
	produção carne (kg vivo)	107.850
Melhoramento e manejo de campo nativo	nº famílias	5.325
	nº produtores	1.793
	hectares	47.263
Melhoramento genético de bovinos	nº produtores	1.384
	nº cabeças	47.263
Melhoramento genético de ovinos	nº produtores	901
	nº cabeças	50.720
Rastreabilidade	nº produtores	5
	nº cabeças	2.793
Implantação de forrageiras	nº produtores	1.862
	hectares	15.572
Comercialização - pecuaristas familiares	nº produtores	1.059
	nº cabeças bovinos	25.650
	nº cabeças ovinos	18.183

DESTAQUE

- Orçamento, no Plano Safra do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) para realização de apoio aos pecuaristas familiares.
- Instalação de UEP e a comercialização organizada, através da venda direta dos produtos oriundos dos pecuaristas.

◆ Pesca artesanal

A pesca, no Brasil, está praticamente estabilizada, com cerca de 800 mil toneladas capturadas por 850 mil pescadores. No Rio Grande do Sul, são capturadas em torno de 31 mil toneladas por 16 mil pescadores.

A pesca apresenta-se estruturada em duas formas bem distintas: uma profissional e organizada, em que o pescado passa por entrepostos; a outra, a pesca profissional artesanal, carente de estruturas de processamento e, por consequência, com algumas dificuldades na comercialização. Como alternativa para a segunda forma, têm-se apresentado como possibilidades as políticas de comercialização dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), através da compra direta pelo Governo, destinada à Cesta Básica do Programa Bolsa Família, e a aquisição para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Os desafios estão na disponibilidade de estruturas de processamento e nas formas de preparar o peixe para acessar com facilidade esses programas. A extensão rural do Estado tem trabalhado principalmente com os pescadores artesanais.

A extensão pesqueira, dentro da EMATER/RS-ASCAR, tem sua ação no litoral gaúcho, na bacia dos principais rios (Uruguai e Guaíba) e nas Lagoas dos Patos e Mirim, abrangendo 54 municípios. As principais ações estão voltadas ao resgate da cidadania dessa categoria social através do acesso à documentação do pescador e da pescadora, do ordenamento das áreas de pesca e da oferta de inovação tecnológica tanto na atividade de captura como na de processamento de pescado.

Objetivos:

- Apoiar o aperfeiçoamento da atividade, assistindo os pescadores e as pescadoras e atendendo as suas demandas, na organização e na comercialização do pescado.
- Promover ações voltadas à organização da mulher pescadora.
- Realizar cursos de formação de pescadores(as), bem como dos extensionistas pesqueiros.
- Apoiar a organização de pequenas unidades agroindustriais.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	54
Pescadores atendidos		2.782
Assessoria às associações/cooperativas de pescadores	nº entidades	64
Documentação do pescador	nº pescadores	2.143
Inovação e adequação tecnológica		788
Ordenamento pesqueiro		2.197
Comercialização - Mercado institucional	nº projetos	40
Comercialização	nº pescadores	911

DESTAQUE

Organização dos pescadores em associações e cooperativas para fortalecimento na comercialização do pescado.

◆ Piscicultura

No panorama mundial da aquicultura, a produção de pescado de água doce representa, dentro dos setores de produção de alimentos, uma das alternativas que tem maior potencial de crescimento. Enquanto a captura está praticamente estabilizada, a produção está aumentando consideravelmente e países em desenvolvimento, como o Brasil, têm grande potencial inexplorado.

A piscicultura no RS, pelas suas características, apresenta um grande potencial para a produção, especialmente de carpas em sistema semi-intensivo nas propriedades de agricultura familiar. Atualmente, o RS já obtém mais peixe do cultivo do que da própria captura.

As barreiras à expansão da atividade estão sendo atribuídas às dificuldades no licenciamento ambiental, às tecnologias adotadas pelos produtores e à forma de comercialização dos peixes.

Na tentativa de resolver as dificuldades do licenciamento ambiental, a SDR obteve uma Licença de Operação (LO nº 2.790/2012) para os piscicultores incluídos na agricultura familiar, com até dois hectares de espelho d'água.

Os agricultores serão beneficiados por essa licença através dos escritórios locais da EMATER/RS-ASCAR que desenvolverão, entre outras, as seguintes ações:

- realizar cursos para técnicos e piscicultores em artesanato, criação de peixes e processamento de pescado; especialmente nos centros de treinamento;
- trabalhar no sentido de regularizar as criações quanto ao licenciamento ambiental através da Licença de Operação concedida à SDR;
- realizar o policultivo de carpas, com base no sistema semi-intensivo, utilizando complementação alimentar com base em produtos disponíveis na propriedade;
- adequar os açudes já existentes e construir novos de forma mais apropriada à criação de peixe;
- orientar a condução da despesca, do processamento e da comercialização do pescado.

Objetivos:

- Facilitar o trabalho dos produtores.
- Aumentar a lucratividade da atividade.
- Melhorar e diversificar a alimentação dos produtores e das comunidades do entorno da produção.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	254
Pescadores atendidos	nº	22.672
	viveiros (nº)	26.037
	espelho d'água (ha)	11.870
	produção (t)	15.572
Manejo de viveiros	nº pescadores	3.433
	nº viveiros	5.478
Projetos de viveiros elaborados	nº pescadores	473
	nº viveiros	704
Reforma de viveiros	nº pescadores	389
	nº viveiros	471
Construção de viveiros	nº pescadores	545
	nº viveiros	817
Laudos de construção de viveiros	nº laudos	423
Despesa	produção (t)	2.164
Comercialização		2.026
Comercialização - Mercado instit.	nº projetos	57

DESTAQUE

Construção de viveiros para a criação de peixes com objetivo de ampliação da oferta, aproveitando oportunidades de mercado em função da demanda crescente.

◆ Outras criações agregadas

Neste item, estão incluídas outras atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam a Suinocultura, a Apicultura, a Avicultura Colonial, a Bovinocultura de Corte e a Ovinocultura.

◆ Suinocultura

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	117
Produtores assistidos		4.365
Manejo adequado dos dejetos nas formas líquida e sólida	nº produtores	4.365
	nº cabeças	1.174.832
Manejo do rebanho	nº produtores	415
	nº cabeças produzidas/ano	156.446

◆ Apicultura

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	284
Produtores assistidos		3.000
Comercialização	nº produtores	3.000
	produção (t)	1.916
Manejo de colmeias	nº produtores	3.000
	nº caixas	88.152
	produção (t)	1.916

◆ Avicultura colonial

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	114
Produtores assistidos		1.507
Comercialização de carne	nº produtores	297
	produção (t)	10.148
Comercialização de ovos	nº produtores	406
	produção (dz)	2.467.186
Manejo da criação	nº produtores	1.507
	Produção de carne (t)	10.254
	produção (dz)	3.649.146

◆ Bovinocultura de corte

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	67
Produtores assistidos		475
Aquisição e retenção de matrizes	nº produtores	101
	nº matrizes	5.310
Manejo do rebanho	nº produtores	475
	nº cabeças	89.680
	produção (kg vivo)	13.477.095
Melhoramento e manejo de campo nativo	nº produtores/ha	227/15.823
Melhoramento genético	nº produtores	241
	nº cabeças	26.359
Organização de produtores para comercialização	nº produtores	153
	nº cabeças	14.533
Rastreabilidade	nº produtores	10
	nº cabeças	18.820

◆ Ovinocultura

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	40
Produtores assistidos		332
Aquisição e retenção de matrizes	nº produtores	51
	nº matrizes	3.500
Manejo do rebanho	nº produtores	342
	nº cabeças	28.662
	produção de carne (Kg vivo)	464.223
	produção de lã (t)	881
Implantação e manejo de pastagens cultivadas	nº produtores/ha	150/1.183
Melhoramento e manejo de campo nativo		118/1.833
Melhoramento genético	nº produtores/cabeças	127/10.279
Organização de produtores para comercialização	nº produtores/cabeças	83/4.390

2.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO VEGETAL

Neste item, estão incluídas as principais atividades relacionadas aos cultivos planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais destacamos os grãos produzidos no Estado (milho, feijão, trigo e soja), os sistemas agroflorestais (SAF), a silvicultura, a fruticultura, a olericultura e outras atividades relacionadas à produção agrícola.

♦ Milho

O milho, principal insumo das rações de aves, suínos, bovinos de leite e demais criações é a cultura mais utilizada pelos agricultores familiares. Sua produção é fundamental para a segurança alimentar das famílias, por ser básica para a produção de ovos, carne e leite, atividades de importância econômica e social relevantes para o Estado do Rio Grande do Sul.

Anualmente, ocorrem variações no rendimento dos grãos, entre safras e regiões. Essas variações são causadas, muito frequentemente, pela ocorrência de deficiências hídricas durante o desenvolvimento da cultura, fato que ocorreu na safra 2011/2012, a qual não pode servir de referência pela forte estiagem que atingiu o Estado, à época. Essa observação apenas coloca em evidência a dificuldade existente para o Estado alcançar a autossuficiência em milho para alimentar seus rebanhos, principalmente de suínos e aves.

Para o ano agrícola 2012/2013, a área prevista de milho a ser plantada no Estado do Rio Grande do Sul é de 1.056.730 hectares, 5,55% menor do que a área plantada na safra passada. A expectativa de produtividade média dos agricultores assistidos para esta safra está em torno dos 5.780 kg/ha. Espera-se, entretanto, o retorno do crescimento na produtividade das lavouras e na qualidade dos grãos, como consequência da incorporação de tecnologia pelos produtores.

Objetivos:

- Orientar o manejo adequado dos solos.
- Orientar a execução da rotação de culturas.
- Propiciar a adoção de práticas de controle biológico.
- Capacitar os técnicos que atuam nas principais regiões produtoras.
- Realizar UD com parceiros da pesquisa, Embrapa e Fepagro, e divulgar os resultados.
- Conscientizar o produtor em relação à importância da secagem e do armazenamento adequado.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	410
Produtores assistidos		36.252
Área atendida	ha	211.388
Produtividade dos assistidos	kg/ha	7.960

DESTAQUE

Secagem e armazenagem de grãos.
Controle Biológico da Lagarta do
Cartucho do Milho.

◆ Feijão

O feijão, alimento tradicional na mesa do gaúcho, normalmente plantado na região colonial do Estado (regiões Centro-Serra, de Frederico Westphalen e de Canguçu), além de sua importância na alimentação básica da população, em virtude do seu valor nutricional, ainda pode ser utilizado como uma das alternativas no sistema de rotação de culturas da pequena propriedade familiar, contribuindo para a formação da receita da propriedade.

A área plantada de feijão no Estado, prevista para o ano agrícola 2012/13, será em torno de 55.000 hectares na primeira safra. Soma-se ao plantio da primeira safra a área cultivada na chamada safrinha, alcançando em torno de 20.000 hectares. A extensão rural estima assistir, aproximadamente, 5.000 produtores no Estado, em uma área de 8.000 ha. A previsão de colheita desses produtores é, em média, 1.750 kg/ha.

Objetivos:

- Melhorar a produtividade média através da introdução de novas sementes de variedades incluídas no zoneamento agrícola.
- Divulgar e conscientizar o produtor em relação à importância de observar o zoneamento agrícola.
- Instalar UD e realizar Dias de Campo nas mesmas.
- Organizar a comercialização nos principais municípios produtores.
- Capacitar continuamente os técnicos que atuam nas principais regiões produtoras, conjuntamente com pesquisadores da Embrapa de Pelotas e de Goiânia.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	190
Produtores assistidos		5.735
Área atendida	ha	8.042
Produtividade dos assistidos	kg/ha	1.750

DESTAQUE

Implantação e acompanhamento de Unidades de Observação em parceria com a EMBRAPA Arroz e Feijão (Goiás) e Clima Temperado (Pelotas), para resgate e validação de variedades de feijão.

◆ Trigo

O Rio Grande do Sul, na safra 2011, considerada a maior safra já registrada no Estado, segundo (IBGE, 2012), colheu 2.741.716 de toneladas obtendo, também, a maior produtividade: 2.941 kg/ha. Do total, a região Noroeste foi responsável por cerca de 50% da área plantada.

Pelo levantamento efetuado pela EMATER/RS-ASCAR, está previsto o plantio, para a safra 2012, de uma área de 993.107 ha. Nessa área, estima-se uma produção de 2.272.912 toneladas, com uma produtividade média estadual estimada em 2.289 kg/ha, com substanciais diferenças entre as regiões.

As atividades de extensão rural devem se voltar mais para a viabilidade econômica, enfatizando a margem de contribuição da atividade para o estabelecimento agropecuário. As principais atividades desenvolvidas visam melhorar a produtividade média do trigo dos agricultores assistidos através de:

- manejo da nutrição das plantas;
- conscientização do produtor em relação à importância da qualidade de grão (Instrução Normativa nº 38);
- manejo de pragas e moléstias;
- cultivares recomendados;
- elaboração de orçamento de custeio ou verificação das despesas operacionais;
- comercialização e instrumentos de apoio como o PEP e Contratos de Opção de Venda.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	201
Produtores assistidos		3.974
Área atendida	ha	75.371
Produtividade dos assistidos	kg/ha	2.740

DESTAQUE

Participação na Câmara Setorial do Trigo, na área de política para a atividade tritícola no Rio Grande do Sul.

◆ Soja

O desenvolvimento agrícola e econômico do Estado tem relação com o avanço da cultura e seu estabelecimento no sistema de produção. O avanço tecnológico com plantio direto, por um lado, reduziu consideravelmente os problemas de erosão do solo; por outro, aumentou significativamente o consumo de herbicidas dessecantes. O surgimento de doenças, como a ferrugem, é um aspecto que exige o acompanhamento mais efetivo em virtude da evolução constante no manejo e suas tecnologias e da severidade de seus danos. A cultura tem demonstrado avanço na profissionalização dos produtores e técnicos.

A soja é a cultura de maior área plantada no Rio Grande do Sul, estimando-se, para a safra 2012/2013, cerca de 4.400.000 hectares, com um incremento, em relação à safra anterior, na ordem de 6,2%. Outro fator de incentivo à cultura são as usinas de biodiesel, que estão retomando o processo de transformação, sendo que a instalação de unidades de esmagamento (óleo energia, biodiesel e farelo proteína) está sendo retomada e/ou construída, o que serve de ferramenta para o fomento a outras ações, como a transformação de proteína vegetal em proteína animal, leite, carne, ovos, desencadeando o desenvolvimento local e regional. As principais atividades desenvolvidas visam aumentar os níveis de sustentabilidade e melhorar a produtividade média dos agricultores assistidos, sendo estimada em 3.000 kg/ha, atingindo 15.500 produtores em uma área de 341.000 ha, através de ações de:

- manejo adequado dos solos;
- rotação de culturas;
- redução de perdas na colheita;
- redução do uso de pesticidas;
- adoção de práticas de controle biológico;
- capacitação dos técnicos que atuam nas principais regiões produtoras.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	290
Produtores assistidos		16.032
Área atendida	ha	349.612
Produtividade dos assistidos	Kg/ha	3.020

DESTAQUE

Redução do uso de agrotóxicos e redução de perdas na colheita.

◆ Sistemas Agroflorestais (SAF)

Os SAF são sistemas de produção que conjugam a conservação dos recursos naturais como água, solo e biodiversidade, com a produção de alimentos como grãos, frutas, raízes e ainda produtos madeireiros e não-madeireiros, advindos do componente florestal.

Nesses sistemas de produção, o manejo busca a integração, em uma mesma área, de culturas anuais, frutíferas, árvores e arbustos, com a presença ou não de criações (ovelhas e bovinos), em uma sucessão de espécies que permite a otimização dos recursos, de água, nutrientes e energia solar, possibilitando a obtenção de recursos alimentares, madeireiros e não-madeireiros, de forma escalonada ao longo do tempo e com geração de renda.

Os SAF têm sido objeto de maior atenção, nos últimos anos, pelas características de conservação ambiental aliada à geração de renda e segurança e soberania alimentar - principalmente para os agricultores familiares e comunidades tradicionais.

A ampliação desses sistemas pode se beneficiar de políticas públicas como o PAA, o PNAE e pelo acesso ao crédito facilitado por meio do Pronaf para Florestas (Pronaf Florestas).

Por outro lado, o texto do Novo Código Florestal, recentemente sancionado pelo Poder Executivo federal, prevê a incorporação do manejo agroflorestal como de interesse social, promovendo a adoção desses sistemas pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais para a recomposição e recuperação das áreas de preservação permanentes (APP) e de reserva legal (RL).

No Estado, há uma articulação interinstitucional de entidades de pesquisa, de ensino e de extensão rural, com o intuito de valorização de sistemas de produção que contemplem o uso sustentável dos recursos naturais do Rio Grande do Sul como, por exemplo, o projeto RS Biodiversidade. Esse projeto prevê a implantação de SAF e sistemas silvipastoris (SSP), e associa-se aos projetos de fortalecimento das agroflorestas e de frutas nativas desenvolvidos pela UFRGS, EMATER/RS-ASCAR e Embrapa Clima Temperado, com apoio da SDR.

As ações desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR em SAF são, principalmente, a capacitação de técnicos e agricultores, a implantação de UD e projetos técnicos e a realização de Dias de Campo, além da participação em projetos em parceria com Embrapa, Fepagro, UFRGS, Sema e SDR.

Cabe salientar a formação da Rede Temática em SAF, formada por técnicos das dez regiões administrativas, de EM e do escritório central da EMATER/RS-ASCAR, a qual vem desenvolvendo esforços para a capacitação de técnicos e a inserção de SAF nas diferentes regiões do Estado.

Para o ano de 2013, estão previstas duas reuniões técnicas da Rede Temática em SAF, sendo uma em março e a outra em agosto, com o intuito de planejar as ações e o acompanhamento dos trabalhos em andamento, articulando as ações em SAF, Silvicultura e Gestão Ambiental. Também estão previstos dois eventos de capacitação para técnicos, nos meses de abril e outubro, com o objetivo de implantar, no Centro de Capacitação de Montenegro (Cetam), uma UD em SAF para posterior acompanhamento e avaliação dos resultados.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Capacitação de técnicos	nº/participantes	02/20
Implantação de UD	nº/participantes	01/20

DESTAQUE

Implantação da UD no Cetam, com vistas à capacitação de técnicos em SAF.

♦ Silvicultura

No Rio Grande do Sul, as florestas ocupam 6,4 milhões de hectares (22,7% do território gaúcho). As florestas nativas totalizam 5,67 milhões de hectares (20,1%) e as florestas plantadas, 738 mil hectares (2,6%). As plantações florestais no Rio Grande do Sul tiveram início há mais de 100 anos, associadas às atividades agropecuárias, principalmente os plantios de pequenos bosques de eucalipto associados à pecuária, ao ciclo das charqueadas, à secagem de grãos, ao suprimento de lenha e dormentes para a viação férrea, à produção de postes para eletrificação urbana e rural, e atualmente como insumo de fundamental importância na agroindústria.

Os plantios em escala industrial, iniciados na década de 1920, atingiram seu auge com a política de incentivos fiscais na década de 1970. Nos últimos 20 anos, as plantações florestais vêm sendo expandidas por iniciativas de governo, da indústria e dos produtores rurais, na busca de alternativas para diversificar as atividades produtivas.

Entre as particularidades da cadeia produtiva, o Rio Grande do Sul destaca-se como o maior produtor e consumidor de lenha do país, especialmente para secagem de grãos e de fumo, e participação em 13,2% da matriz energética. Também é o maior produtor de casca de acácia-negra para produção de tanino e, aproximadamente, 30% da resina de pínus produzida no Brasil.

Nas ações desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR, de forma coerente com o seu compromisso institucional com a promoção do desenvolvimento sustentável, junto aos assistidos e às parcerias, a ênfase na silvicultura orienta-se pelas seguintes premissas: a atividade deve ser planejada com visão de futuro; deve integrar-se aos sistemas de produção de forma sustentável; deve otimizar o uso dos recursos naturais existentes; deve contribuir para a aceleração do processo de adequação ambiental das propriedades rurais; deve oportunizar a escolha das espécies florestais mais indicadas, levando em conta o uso futuro da madeira; deve refletir os consórcios mais adequados às peculiaridades de cada região e ao cumprimento da legislação ambiental.

Objetivos:

- Acompanhar e intervir no desenvolvimento das atividades florestais em todas as regiões para alcançar as metas planejadas no convênio Seapa e com a esta Secretaria - Emater/RS.
- Desenvolver ações conjuntas com o Programa Biodiversidade, tendo em vista a instalação de UD sobre SAF e produção de material técnico-educativo.
- Apoiar o desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Base Florestal do RS em parceria com Ageflor, FAMURS, Sindimate, Fepagro, Embrapa, Sindimadeira, entre outras instituições, a fim de consolidar a participação da agricultura familiar dentro desse ciclo virtuoso.
- Elaborar diagnóstico e identificar os gargalos e cenário da cadeia produtiva de base florestal do RS.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	171
Produtores e área cultivada total nos municípios	nº produtor/ha	36.617/585.896
Produtores assistidos	nº	5.434
Plantio e manejo - agroflorestal	nº produtor/ha	433/1.296
Plantio e manejo - silvipastoril	nº produtor/ha	257/1.242
Plantio e manejo de exóticas	nº produtor/ha	4.023/89.000
Plantio e manejo de nativas	nº produtor/ha	721/418
Viveiros florestais	nº	93

DESTAQUE

Elaboração de diagnóstico e identificação dos gargalos e cenário da cadeia produtiva de base florestal do RS, pelo Grupo de Trabalho, criado a partir da Câmara Setorial da Silvicultura e a apresentação ao Consema de proposta de adequação da “Legislação Estadual ao Novo Código Florestal Brasileiro”.

◆ Fruticultura

O Programa Estadual de Fruticultura, sob a coordenação da EMATER/RS-ASCAR, vem sendo desenvolvido em todas as regiões do Estado, aproveitando as diferentes condições de clima e solo que permitem o cultivo tanto de frutas de clima temperado, bem como tropicais.

O crescimento contínuo da área cultivada e da produção obtida mostra que essa atividade tem sido uma boa alternativa de renda para os produtores e tem estimulado o surgimento de estrutura necessária à cadeia, mesmo em regiões não tradicionais na fruticultura. Todavia, a queda de preços tem freado a expansão das duas principais frutas no Estado: a laranja e a uva.

O grande estoque de vinho no mundo e de suco de laranja existente no Brasil tem pressionado o mercado e provocado a queda dos preços. Muitos produtores gaúchos tiveram dificuldade de comercializar tanto a uva quanto a laranja nas duas últimas safras. Estima-se que aproximadamente 45.000 produtores cultivem 138.000 hectares com frutas, apresentando uma produção total de 2.500.000 toneladas.

Objetivo:

- Coordenar a execução do programa estadual de Fruticultura, oferecendo aos produtores informações que permitam diversificação da atividade como opção de outros rendimentos.
- Atender o consumo do Estado e exportar frutas para as demais Unidades da Federação de espécies que as condições ambientais permitem que sejam produzidas aqui.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	403
Produtores convencionais assistidos/área	nº produtor/ha	16.436/31.933
Produtores agroecológicos assistidos/área		3.939/2.707
Plantio de novas áreas	ha	1.336

DESTAQUE

Prioridade no atendimento a produtores familiares de frutas que abasteçam o mercado estadual e utilizem práticas que provoquem o menor impacto ambiental possível.

◆ Olericultura

A atividade olerícola é extremamente dinâmica e requer permanente atualização dos técnicos e produtores a fim de conseguir acompanhar a exigência do mercado. A produção, que até pouco tempo se concentrava nas regiões da Serra, Metropolitana e arredores de Pelotas, aos poucos se expande por todo o Estado, buscando atender os mercados regionais.

A globalização do mercado tem acirrado a concorrência, para os produtores gaúchos, em produtos como tomate, cenoura e beterraba. Outros, como cebola, alho e batata, sofrem forte concorrência até dos importados.

O volume de produtos olerícolas tem crescimento contínuo, não apenas em função da expansão da área cultivada, mas, principalmente, devido ao aumento da produtividade das espécies cultivadas graças à evolução genética e à tecnologia empregada. Estima-se que, no Rio Grande do Sul, sejam cultivados ao redor de 69.000 ha, por cerca de 35.000 produtores.

Objetivos:

- Melhorar a qualidade sanitária da produção, incorporando ao processo produtivo boas práticas agrícolas, de forma contínua e gradativa.
- Buscar o abastecimento do Estado com produtos que podem ser produzidos aqui e, ainda, serem importados.
- Levar informações técnicas aos produtores, principalmente aos que estão iniciando na atividade.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	377
Produtores convencionais assistidos/área	nº produtor/ha	7.815/13.558
Produtores agroecológicos assistidos/área		2.917/1.482
Acompanhamento de feiras livres	nº	78
Feirantes assistidos		750

DESTAQUE

A EMATER/RS-ASCAR participará de inúmeras exposições e feiras de âmbito municipal e até internacional, nas quais apresentará tecnologias de produção, armazenamento e embalagem de produtos, a fim de facilitar todas as etapas da cadeia produtiva e orientar os produtores de hortaliças que visitarão as feiras (Expointer, Expodireto, Expoagro e outras).

◆ Outras atividades agregadas

Neste item, estão incluídas outras atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam a agroenergia, o arroz irrigado, a floricultura e a mecanização agrícola.

◆ Agroenergia

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Cana-de-açúcar		
Produtores/área	nº/ha	1.392/2.203
Mandioca		
Produtores/área	nº/ha	3.473/3.241
Canola		
Produtores/área	nº/ha	121/3.380

◆ Arroz irrigado

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	73
Produtores convencionais assistidos/área	nº produtor/ha	1.033/21.692
Produtores agroecológicos assistidos/área		115/1.016
Área sistematizada		202/5.062
Manejo da cultura em sequeiro		20/7
Plantio de arroz sistema pré-germinado		481/13.000
Plantio semidireto (convencional)		254/6.267

◆ Floricultura

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios atendidos	nº	50
Famílias assistidas		442

◆ Mecanização agrícola

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	66
Produtores assistidos		1.385
Regulagem e manutenção de máquinas e equipamentos	máquinas	1.281

2.3 AÇÕES ESPECÍFICAS COM FOCO EM AGROECOLOGIA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MANEJO DO SOLO

Este item destaca as ações relativas à Chamada Pública - Sustentabilidade, à conservação do solo e da água e à agricultura de base ecológica, transversais à condução dos sistemas de produção animal e vegetal. Este item também destaca as ações de plantas bioativas, medicinais, aromáticas e condimentares e a realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia.

Chamada Pública SRA/SAF/ATER nº 10/2012 - Sustentabilidade

Execução da Chamada Pública - Sustentabilidade em apoio à promoção da agricultura sustentável com gradual mudança nos agroecossistemas considerando o social, o econômico e o ambiental, através de ações de Ater para 17.200 famílias em 79 municípios do Estado.

♦ Conservação do solo e da água

Desde os anos 1960, a EMATER/RS-ASCAR vem desenvolvendo ações, em diversos programas e projetos, de melhoramento da fertilidade e de uso, manejo e conservação do solo no Rio Grande do Sul, visando à redução da erosão, ao aumento da produtividade das culturas e aos avanços na preservação ambiental.

Atualmente, 80% da área de cultivo de sequeiro são preparados através do sistema de plantio direto, sem terraceamento e com baixa cobertura de solo. De um lado, a ausência de terraços e o cultivo no sentido do declive não permitem a retenção parcial ou total das enxurradas, diminuindo a infiltração e o armazenamento de água no solo. De outro, a baixa produção de resíduos culturais, proporcionada pela ausência da rotação de culturas e pela baixa qualidade das plantas recuperadoras, o pastoreio intensivo no sistema de integração lavoura-pecuária e na atividade leiteira são algumas das causas que estão acelerando o processo de degradação do solo. A degradação causada, principalmente, pelo adensamento, pela redução na infiltração de água e pelo aumento nas perdas de água, nutrientes, matéria orgânica do solo e por deficiências hídricas no solo, em períodos curtos de estiagem, influencia a baixa produtividade das culturas.

As ações serão desenvolvidas com 14.531 agricultores, em 356 municípios que possuem escritório da EMATER/RS-ASCAR, contando com a colaboração do MDA, do Mapa, das universidades federais do Estado (UFRGS, UFSM e UfPel), Unipampa, Institutos Federais, universidades privadas (Unijuí, Urcamp e UPF), colégios agrícolas, entidades de pesquisa (Embrapa e Fepagro), cooperativas regionais, Fetag, Fetraf, MPA e empresas privadas.

Para qualificar a agricultura conservacionista no RS, serão formados: um Grupo Estadual e 12 Grupos Regionais de Solo e Água, com participação das entidades anteriormente nominadas. A ação será efetivada pela transferência de tecnologias aplicadas, através da instalação de UD e unidades de referência (UR), cursos para técnicos e agricultores, Dias de Campo, visitas, contatos e reuniões com técnicos municipais, agricultores e ATR, e com a participação do ensino e da pesquisa. Como apoio, serão elaborados materiais técnicos educativos como cartazes e pôsteres, visando melhorar as condições físicas, biológicas e químicas do solo, reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar a produtividade das culturas.

As ações de conservação de solo serão desenvolvidas para adoção das práticas mecânicas de contenção de enxurradas, descompactação do solo, melhoramento e cobertura do solo, controle de máquinas e lotação de animais, correção da acidez e da fertilidade e da adubação adequada.

Objetivo:

- Desenvolver ações para qualificar a agricultura conservacionista no Rio Grande do Sul.
- Otimizar os sistemas produtivos para melhorar a qualidade do solo, através da readequação do terraceamento no sistema de plantio direto, correção da acidez e da fertilidade, emprego de plantas recuperadoras de solo, rotação de culturas e produção de resíduos culturais.
- Qualificar o sistema de manejo: na integração lavoura pecuária, na área de olericultura e na fruticultura.
- Incentivar e difundir o cultivo mínimo e direto e a rotação de culturas nas regiões da fumicultura.
- Capacitar técnicos, agricultores familiares, lideranças formais e informais do Estado do Rio Grande do Sul.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	356
Produtores assistidos	nº	14.531
Mecânica de contenção de enxurradas	ha	31.944
Descompactação do solo		24.670
Melhoramento cobertura do solo		129.924
Tráfego de máquinas e lotação de animais controlada		28.830
Correção da acidez, fertilidade e adubação		142.501

DESTAQUE

Ações integradas de uso, manejo e conservação do solo para melhorar a qualidade do solo e da água e reduzir a poluição ambiental.

◆ Agricultura de base ecológica

Entre as atividades desenvolvidas pela extensão rural do Rio Grande do Sul, o resgate, a promoção, a articulação e o apoio às iniciativas no campo da Agroecologia voltadas para a agricultura familiar ocupam lugar crescente e destacado, de forma transversal no conjunto das atividades. Além delas, algumas ações específicas, voltadas para a agricultura de base ecológica, são aqui destacadas. Entre elas, destacamos a realização de eventos que congregam agricultores, pecuaristas familiares, técnicos, pesquisadores, estudantes e outros interessados, de forma a motivar e informar as diferentes formas de produção de alimentos de origem vegetal ou animal com base nos princípios da Agroecologia.

Objetivos:

- Desenvolver ações de atualização e orientação de técnicos e agricultores sobre a agricultura de base ecológica.
- Estimular a recuperação e a preservação da biodiversidade.
- Apoiar e qualificar os sistemas de comercialização e certificação de orgânicos adotados pelos agricultores familiares de base ecológica.
- Retomar a sistematização de experiências no campo da Agroecologia.
- Buscar a integração interinstitucional com as entidades e organizações potencialmente parceiras no trabalho voltado à promoção dos princípios da Agroecologia.
- Promover a participação de técnicos e agricultores em eventos sobre Agroecologia.
- Participar como membro efetivo da Comissão de Produtos Orgânicos (CPOrg-RS)/Mapa.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	229
Produtores assistidos		5.753
Capacitação de técnicos	nº eventos/técnicos	03/25
Elaboração de projetos de crédito para criações de base ecológica	nº produtores/projetos	215/206
Elaboração de projetos de crédito para cultivos de base ecológica e para transição de cultivos convencionais		520/401
Realizar o Congresso Brasileiro de Agroecologia	nº produtores/técnicos	200/100
Organização de produtores orgânicos para adequação à legislação	grupos/produtores	79/424

DESTAQUE

Adequação crescente dos sistemas produtivos de base ecológica para ampliar a oferta de alimentos mais saudáveis às famílias assistidas, aos mercados institucionais e aos consumidores em geral.

◆ Plantas bioativas, medicinais, aromáticas e condimentares

O uso e o conhecimento das plantas bioativas fazem parte da cultura popular e constituem-se em um patrimônio imaterial das comunidades tradicionais. A EMATER/RS-ASCAR tem desenvolvido com o público assistido ações que enfocam os aspectos antropológicos, pedagógicos, ecológicos, econômicos e terapêuticos dessas plantas.

A ação pedagógica e de produção está estrategicamente baseada na prática do Horto de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares, que tem propiciado o resgate e o aprendizado sobre o reconhecimento, o cultivo e a conservação de diferentes espécies desse conjunto de plantas, não somente para produção e consumo familiar e comunitário, como para permitir a produção em escala comercial, com base nos princípios da agricultura de base ecológica.

Objetivos:

- Estimular a inclusão da fitoterapia, como prática de saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), amparada pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos e pela Política de Práticas Integrativas Complementares em Saúde.
- Fortalecer e qualificar a assistência técnica ao público beneficiário.
- Desenvolver ações que promovam a preservação, o uso e a produção ecológica de plantas medicinais, aromáticas e condimentares.
- Promover a troca de experiências sobre plantas bioativas entre técnicos e agricultores.
- Participar como membro efetivo da Comissão Executiva Intersecretarial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Governo do Estado, executando as ações proposta.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	299
Produtores assistidos		12.000
Capacitação de técnicos	nº eventos/técnicos	03/25
Implantação e manutenção de hortos comerciais, comunitários e escolares	nº pessoas/hortos	9.792/442
Implantação e manutenção de hortos domésticos		8.815/5.282
Promoção e implantação das políticas sobre plantas medicinais e fitoterápicos	nº produtores/técnicos	200/100
	nº ações/pessoas	145/2.225
Resgate, identificação e uso de plantas bioativas	grupo/pessoas	1.088/11.494

DESTAQUE

Realizar a VIII Reunião Técnica Estadual sobre Plantas Bioativas, em conjunto com as entidades parceiras.

◆ Congresso Brasileiro de Agroecologia

O Congresso Brasileiro de Agroecologia é um momento de reflexão, troca de experiências e conhecimentos teóricos e práticos entre agricultores, consumidores, estudantes, técnicos, pesquisadores, extensionistas e cidadãos em geral, e tem a intenção de orientar processos de produção agrícola de base ecológica e construir estratégias de desenvolvimento rural baseadas nos princípios da Agroecologia. Caracteriza-se por ser um evento organizado por diversas instituições e entidades governamentais e não governamentais, resultando em uma construção coletiva. O VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia será realizado no Rio Grande do Sul, em novembro/2013, com previsão de 4.500 participantes.

Objetivo:

- Participar ativamente na realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia que será sediado em Porto Alegre.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Realizar o Congresso Brasileiro de Agroecologia	nº produtores/técnicos	200/100
Manter a edição quadrimestral da revista “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”		

DESTAQUE

Realizar do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em conjunto com organizações governamentais e não governamentais, em novembro de 2013.

2.4 PROGRAMAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR, COMERCIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS

Este item abrange as ações relativas à segurança e soberania alimentar, à agroindústria familiar, ao artesanato rural e ao turismo rural, que colaboram para a garantia alimentar das famílias e para a agregação de valor às unidades de produção familiares.

♦ Segurança e soberania alimentar (SAN)

A SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras da saúde e que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Não se pode deixar de agregar à SAN ações que levem em consideração e fortaleçam a soberania alimentar, definindo políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com respeito às características culturais dos povos.

No Brasil, 34,2% da população está em situação de insegurança alimentar (IA), sendo a prevalência na área rural (40,2%) superior à urbana (33%). No Rio Grande do Sul, dois milhões de pessoas vivem em situação de IA, o que corresponde a 19,2% dos domicílios gaúchos.

A atuação da extensão rural, considerando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ao executar essa atividade, preconiza a produção sustentável de alimentos, tendo como objetivo: identificar, propor, planejar, monitorar e executar ações, que vão desde a produção da matéria-prima até o consumidor final.

As ações de segurança e soberania alimentar estão alicerçadas em quatro eixos:

- acesso aos alimentos: ações que envolvem desde o planejamento da produção até a chegada do alimento à mesa do consumidor, com estímulo à produção para autoconsumo ou comercialização;
- educação alimentar: orientação sobre alimentação saudável, respeitando a cultura local;
- cidadania alimentar: estímulo ao resgate e à qualificação da cultura alimentar;
- qualidade dos alimentos: priorização à produção de alimentos livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados, incluindo manejo adequado.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	449
Abastecimento local/regional - Produção convencional	feira*/feiradas**	425/16.835
	produtores atendidos	2.579
Abastecimento local/regional - Produção em base ecológica	feira*/feiradas**	171/6.197
	produtores atendidos	997
Produção para o autoconsumo	famílias	31.667
Participação no mercado institucional - PNAE - fornecedores	projetos/grupos/famílias	2.369/476/3.964
	cooperativas	106
Participação no mercado institucional - PNAE - compradores	prefeituras	403
	escolas	2.805
	CRE	106
Participação no mercado institucional - PAA - fornecedores	projetos/grupos/famílias	194/105/2.286
	cooperativas	48
Participação no mercado institucional - PAA - compradores	entidades/famílias	251/8.716
Participação no mercado institucional - Outros	projetos/entidades/famílias	80/108/8.291
Ater em qualidade dos alimentos	pessoas	24.543
Educação alimentar e cidadania alimentar	eventos/pessoas	1.485/29.663
	escolas/escolares	1.461/133.993
Educação alimentar nas escolas	merendeiras capacitadas	2.231
Intercâmbio de sementes e mudas crioulas	famílias	3.695

*Unidade de comercialização composta por um grupo de produtores.

**Repetição da feira em dia diferente.

DESTAQUE

Organização dos produtores para venda aos mercados institucionais (PNAE, PAA e outros) e resgate da cultura alimentar, principalmente na produção para o autoconsumo e educação e cidadania alimentar.

◆ Agroindústria familiar

A agroindústria familiar do Estado do Rio Grande do Sul vive momentos de reafirmação e consolidação, apresentando cenário favorável tal qual a política estadual da agroindústria familiar e o seu programa “Sabor Gaúcho”. O processamento de alimentos, que é uma realidade para milhares de famílias gaúchas, ganha notoriedade junto ao poder público e passa a ser uma das principais políticas de Estado da atual gestão. O objetivo principal da política estadual é a formalização de agroindústrias familiares, uma vez que, no entendimento do Governo, é a oportunidade para que as famílias do meio rural acessem novos mercados, a exemplos dos programas de aquisição de alimentos e da alimentação escolar, com consequente melhoria da renda familiar. Para tanto, o programa da agroindústria familiar oferece importantes serviços, disponibilizados a partir do cadastro das famílias no programa.

A afirmação dessa política pode ser aferida pelas mais de 800 agroindústrias cadastradas no programa até o presente momento, as quais já estão recebendo assistência técnica da EMATER/RS-ASCAR para sua formalização. Some-se a isso o processo de formação técnica em boas práticas de fabricação, de processamento de alimentos e de gestão de agroindústrias.

Outras conquistas do programa são: a licença ambiental de operação do programa da agroindústria familiar; a possibilidade de comercialização de produtos processados com o bloco de produtor rural; e a participação em feiras de expressão nacional e estadual. O conjunto dessas conquistas compõe o cenário favorável para a expansão da agroindústria familiar do Estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos:

- Prestar assistência técnica aos agricultores familiares e públicos específicos com apoio à implantação, à melhoria e à formalização de seus empreendimentos.
- Prestar assistência técnica na elaboração e no encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais para implantação e legalização de agroindústrias familiares de origem animal, vegetal e de bebidas.
- Prestar formação técnica nas áreas de gestão, boas práticas de fabricação e processamento de alimentos e de comercialização da produção.
- Prestar formação profissional aos agricultores familiares e públicos específicos.
- Apoiar à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares em feiras, pontos de venda da agricultura familiar, mercados institucionais e mercados atacadistas e varejistas.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	389
Famílias atendidas		3.734
Assessoramento na comercialização	famílias/agroindústrias	3.734/1.529
Assistência técnica na implantação		1.767/621
Assistência técnica na regularização		2.083/905
Assistência técnica na operacionalização e boas práticas de fabricação		3.041/1.328

DESTAQUE

- Intensificação das ações de Ater na produção de alimentos de forma segura e de base agroecológica para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e o desenvolvimento rural sustentável.
- Promoção à criação de políticas públicas municipais, com a criação de Programas Municipais de Agroindústria para apoio e fortalecimento de circuitos curtos de comercialização.

◆ Artesanato rural

Em razão das diversas culturas e etnias radicadas no Estado e da grande diversificação de matérias primas, a variedade artesanal possui características diferenciadas. O artesanato é, pois, um componente histórico/cultural, que proporciona inserção social, resgate de costumes, técnicas, conhecimentos e experiências.

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) está regulamentado pela Portaria nº 29, de 5 outubro de 2012, e a organização do artesanato no Estado segue os preceitos do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) regulado pela Lei nº 13.518, de 13 de setembro de 2010, estando vinculado à Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). Segundo a mesma, existem no Estado 77.156 artesãos cadastrados. Destes, 38.900 estão em atividade, dos quais 75% são mulheres com idade de 30 a 80 anos.

O artesão do meio rural não dispensa as atividades agrícolas e, para ele, o artesanato insere-se como complemento ao orçamento familiar.

Objetivos:

- Gerar oportunidades de trabalho e de renda.
- Estimular, promover e orientar a organização de artesãos.
- Estimular e promover o desenvolvimento de capacidades artísticas e resgates culturais, com aproveitamento das vocações regionais.
- Oferecer qualificação profissional, embasada nas legislações vigentes com incentivo à comercialização, através de cursos e capacitações técnicas.
- Estimular o aproveitamento progressivo das matérias-primas presentes no meio rural.
- Formar mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo, com foco na cadeia produtiva do artesanato (MDIC - 2001).
- Participar de grupo de trabalho interinstitucional para propor alterações da legislação fiscal estadual que regulariza a comercialização do artesanato rural desenvolvido pelos agricultores familiares.
- Incentivar a participação qualificada em feiras para a comercialização do artesanato.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	363
Artesanato rural/habilidades manuais	peessoas	4.438/18.999
Comercialização	artesãos/pontos de venda	3.028/540
Organização	peessoas/organizações	4.613/463

DESTAQUE

Incentivar a participação qualificada em feiras para a comercialização do artesanato através do fortalecimento de ações cooperativas nas 545 organizações, nos 535 pontos de vendas e com os 7.605 artesãos envolvidos.

◆ Turismo rural

A EMATER/RS-ASCAR desenvolve ações individuais e coletivas com agricultores familiares, quilombolas, assentados e pescadores que visam incentivar o desenvolvimento sustentável da atividade turística, valorizando a cultura e o meio ambiente local, promovendo a integração da comunidade e contribuindo para a consolidação da atividade como fonte de emprego e renda às famílias rurais. Além disso, o turismo rural promove, através da extensão rural, práticas que qualificam o assistido para o atendimento ao visitante, ações de melhoria da infraestrutura dos empreendimentos e arredores, promoção da gastronomia local e apoio à formatação de produtos turísticos.

Em 2013, a Instituição irá desenvolver ações de turismo rural em mais de 100 municípios distribuídos por todas as 23 regiões turísticas do Estado. Irá, ainda, oportunizar espaço privilegiado para a promoção de rotas e roteiros turísticos da agricultura familiar nas principais feiras agropecuárias do Estado. Além das atividades descentralizadas, a Instituição integrará o Conselho Estadual de Turismo e o grupo de estudos interinstitucional com o objetivo de propor adequações legais e normativas para a oferta de serviços turísticos pelos agricultores familiares do Rio Grande do Sul.

O lançamento, em 2012, do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012-2015 trouxe referências para a política pública setorial no Estado. O documento, construído a partir de processos participativos descentralizados e setorizados, instituiu cinco grandes desafios para o turismo: fomentar a qualificação dos serviços, a inovação e o empreendedorismo; posicionar o produto turístico gaúcho no mercado nacional e internacional; aumentar a competitividade das regiões turísticas; preparar o Estado para captação e realização de eventos e implantar sistema de gestão do turismo. Nesse contexto, o segmento rural tem, principalmente, o desafio de qualificar e fortalecer a integração dos produtos da agricultura familiar à oferta turística. Assim, a EMATER/RS-ASCAR deverá ampliar a participação em fóruns e conselhos regionais e locais, estabelecer estratégias de trabalho integrado com as áreas da agroindústria e do artesanato e fortalecer ações de qualificação da agricultura familiar.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	106
Eventos gastronômicos referentes a rotas e roteiros	eventos/pessoas	272/36.590
Melhoria da infraestrutura na rota turística	estabelecimentos/famílias	320/480
Planos de desenvolvimento turístico	planos/famílias	34/367
Melhoria no atendimento ao turista	eventos/famílias	116/506
Produtos turísticos	rotas e roteiros/produtores	73/771

DESTAQUE

Ações em 106 municípios distribuídos nas 23 regiões turísticas do Estado.

2.5 PROGRAMAS DE APOIO À GESTÃO E AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Este item inclui os programas de reservação de água e irrigação, cooperativismo, crédito rural (Pronaf) e seguro agrícola familiar, que são apoio aos sistemas de produção animal e vegetal e demais atividades da agricultura familiar.

◆ Reservação de água e irrigação

Os agricultores e pecuaristas do Rio Grande do Sul vêm amargando, historicamente, enormes prejuízos com a ocorrência de estiagens e má distribuição de chuvas na primavera e no verão. Os registros apontam que, a cada dez anos, um ano tem excelente produção, dois anos têm produções regulares a boas e sete anos têm produções de lavouras e pastagens abaixo da média, o que compromete a renda dos produtores. Portanto, um agricultor gaúcho, em 45 anos de atividades, teve em média 15 anos de prejuízos, o que inviabilizou, ao longo do tempo, a continuidade de muitos produtores no meio rural. Para o Estado e seus municípios, cuja dependência da agropecuária é grande, essa situação, para a economia, é um caos. Calcula-se que, nos últimos 25 anos, foram perdidas 50 milhões de toneladas de grãos o que, no PIB estadual, apresenta acentuada influência negativa.

Apesar da frequência de estiagens causadas pela má distribuição de chuvas na primavera e verão, o Estado tem uma média de regime anual de chuvas ao redor de 1.600 mm/ano, o que é considerado muito bom e permite o armazenamento de água para o uso na agricultura. Entretanto, a utilização de irrigação ainda é extremamente baixa no Rio Grande do Sul. Não considerando a lavoura de arroz que utiliza o sistema de inundação e obtém a maior produtividade do Brasil, as demais lavouras de sequeiro, tais como milho, soja, feijão, tabaco e outras (com áreas ao redor de 5,5 milhões de hectares), contam com menos de 2% de irrigação. A área irrigada conta com apenas 70 mil hectares com o uso de pivô, 30 mil hectares por outros tipos de aspersão e cinco mil hectares por gotejamento. A evolução tem sido lenta, não obstante os esforços que foram e vêm sendo realizados.

A irrigação atua, verdadeiramente, como um seguro agrícola para o produtor rural e também para o Estado ao garantir maior estabilidade de retorno econômico proveniente da atividade agrícola e facilitar o planejamento dos investimentos a médio e longo prazo, tanto por parte dos agentes públicos como dos produtores agrícolas. Nesse sentido, o Programa Estadual de irrigação busca incentivar os produtores a utilizarem os sistemas de irrigação, mobilizando a iniciativa privada através de mecanismos facilitadores. Prevê, também, incentivo para implantação, ampliação e adequação de sistemas de irrigação em áreas a serem irrigadas e, igualmente, a construção, ampliação, regularização e adequação de açudes e cisternas, por meio de incentivo ao acesso à licença ambiental, bem como incentivos financeiros para os produtores rurais que investirem em irrigação.

Pelo papel fundamental da agricultura na economia do Estado e dos municípios gaúchos, o Governo estadual, através do Programa Estadual de Irrigação, busca aumentar a produção e a produtividade de grãos como milho, entre outros, o que irá beneficiar as cadeias produtivas do leite, dos suínos e das aves. Dessa forma, ganham todos: o produtor, os municípios e o Estado, pela garantia de aumento da produtividade que a irrigação proporciona. É importante frisar que o Programa Estadual de irrigação insere-se nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, bem como nas iniciativas de municípios e da União, potencializando ações de diversas instituições públicas e privadas.

Objetivos:

- Expandir a prática da irrigação entre os agricultores e pecuaristas gaúchos, visando à maior estabilidade nas suas produções frente às constantes estiagens que ocorrem no Estado.
- Elaborar e implantar cerca de 3.000 projetos de reservação de água (microaçudes e cisternas) e irrigação, com o apoio da SDR, da Seapa e da Secretaria de Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP).

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	275
Capacitação de técnicos		150
Capacitação de produtores		3.000
Elaboração e implantação de projetos de microaçudes		2.843
Elaboração e implantação de projetos de cisternas		843
Elaboração e implantação de projetos de irrigação		2.537
Instalação de UD de irrigação		10

DESTAQUE

Elaborar e implantar projetos de irrigação, especialmente em pastagens para produção de leite a pasto, e regularizar os projetos de irrigação existentes.

◆ Cooperativismo

A EMATER/RS-ASCAR, historicamente, tem em sua missão institucional desenvolver ações de Ater voltadas ao apoio à produção, à agroindustrialização e à comercialização de alimentos advindos da agropecuária do Rio Grande do Sul. Um exemplo que ilustra muito bem essas ações origina-se na década de 1950, a partir da estruturação das bacias leiteiras do Estado. As atividades centraram-se no apoio à organização e na constituição de cooperativas. Além dessas ações, houve ainda a implantação de agroindústrias ligadas ao leite, cujo impacto até hoje tem papel de destaque no segmento laticinista do Estado. As atividades de elaboração de projetos de cunho cooperativista e de estabelecimento de plantas agroindustriais eram realizadas por equipe de suporte técnico disponibilizada pela EMATER/RS-ASCAR, em Porto Alegre. O trabalho cooperativo desenvolvido com o setor lácteo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, expandiu-se para outras cadeias produtivas a partir dos anos 1980.

Além dos aspectos de ordem econômica, a organização social dos agricultores(as) familiares foi outra atividade enfocada na atuação da Instituição. Porém, apesar dos esforços conjuntos da Ater e dos agricultores(as) em estruturar e organizar as cooperativas de produção no período compreendido entre os anos 1950 a 1980, na década seguinte, as atividades foram arrefecendo e, somente a partir da década de 2000 a ação de Ater com cooperativas é novamente retomada com intensidade.

Em 2011, o Governo do Estado cria a SDR e estabelece uma conjuntura que motiva a reorganização dos trabalhos em cooperativismo, instituindo um departamento específico voltado às cooperativas. Em decorrência da política de Estado, a EMATER/RS-ASCAR organiza-se institucionalmente e amplia na sua estrutura as denominadas Unidades de Cooperativismo (UCP).

As UCP são estruturas compostas por equipes técnicas de caráter multidisciplinar, especializada no atendimento das cooperativas distribuídas no território do RS. Complementarmente e em continuidade ao processo de estruturação das ações em cooperativismo, a SDR instituiu o Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural (PGCR). Dentre as ações preconizadas no PGCR, está o Programa de Extensão Cooperativa (PEC RS) cuja responsabilidade de execução, por força de convênio, cabe à EMATER/RS-ASCAR.

Em 2012, o MDA promoveu chamadas públicas para assistência técnica e extensão rural às cooperativas de agricultores familiares, sendo que a Instituição foi proponente e vencedora de dois lotes, os quais contemplam todo o Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, a partir de 2013, serão assistidos 92 empreendimentos em gestão e acesso a mercados institucionais e privados.

As UCP têm realizado diagnósticos a fim de propor aprimoramentos nos empreendimentos. Esse instrumento de análise permitiu, também, a construção de um sucinto contexto dos empreendimentos: onde estão inseridos e suas atividades econômicas e sociais em todo o Estado.

No aspecto social, há uma aproximação maior (nas características) em relação às atividades econômicas. As particularidades são menos relevantes e o quadro é mais homogêneo. A grosso modo, são cooperativas que possuem associados com idade avançada, dificuldades na sucessão familiar, pouca área de terra e sem acompanhamento técnico efetivo. Todavia, em boa parte, estão promovendo ações sociais como mobilização dos atores sociais, mediação das políticas públicas, articulação dos programas, fortalecimento das redes sociais e semeadoras de ideias de participação e cooperação.

Programa de Extensão Cooperativa (PEC RS):

- Introduzir melhorias técnico-gerenciais, produtivas e educacionais nas cooperativas a fim de incrementar a sua competitividade e promover a interação e a cooperação entre associados e entre cooperativas.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Capacitação extensionistas	cursos/extensionistas	2/40
Curso de especialização em Gestão de Cooperativas- Escoop	curso/extensionistas	1/25
Sensibilização/apresentação da metodologia de trabalho do PEC às cooperativas com potencial de trabalho	visitas/cooperativas	70/70
Assinatura do Termo de Adesão de Cooperativas ao PEC RS	coop./famílias beneficiadas /média fam. por coop.	70/8.400/120
Elaboração de diagnósticos	diagnósticos/cooperativas	70/70
Elaboração dos planos de aprimoramento	planos/cooperativas	70/70
Implantação de projetos de soluções apontadas nos planos de aprimoramento - assessoria administrativa e gerencial	projetos/cooperativas	210/105
Implantação de 7 fóruns regionais de cooperativas com capacitação de agricultores	reuniões/agric. participantes	21/840

CHAMADA MDA 04/2012

Objetivo:

- Prestar assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão, fortalecimento e inserção de cooperativas da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros mercados.

Finalidade:

- Atendimento a 30 cooperativas de agricultores familiares em gestão dos empreendimentos e inserção no mercado institucional (PNAE).

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Capacitações PNAE, políticas MDA, metodologias de Gestão (MAT)	capacitações/técnicos	2/8
Mobilização e seleção empreendimentos	reuniões/cooperativas	4/30
Estudos de demanda entidades executoras PNAE	estudos/entidades executoras	7/7
Pré-diagnósticos de cooperativas	pré-diagnósticos/cooperativas	30/30
Diagnósticos de cooperativas	diagnósticos/cooperativas	30/30
Elaboração de planos de aprimoramento	planos/cooperativas	30/30
Reuniões entre empreendimentos	reuniões/cooperativas	5/30
Visitas técnicas para implementação plano de aprimoramento	visitas/cooperativas	105/30

CHAMADA MDA 06/2012

Objetivo:

- Prestar assistência técnica e extensão rural para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar visando seu fortalecimento e inserção nos mercados institucionais e privados.

Finalidade:

- Atendimento de 62 cooperativas de agricultores familiares em gestão dos empreendimentos.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Capacitações em políticas MDA, metodologia de gestão (MAT) e planos de aprimoramento	Capacitações/técnicos	2/15
Reuniões, mobilização e seleção empreendimentos	reuniões/cooperativas	7/62
Elaboração de pré-diagnósticos	pré-diagnósticos/cooperativas	62/62
Diagnósticos de cooperativas	Diagnósticos/cooperativas	62/62
Elaboração de planos de aprimoramento	planos/cooperativas	62/62
Visitas técnicas para implementação planos de aprimoramento	visitas/cooperativas	230/62

◆ Crédito Rural - Pronaf

O Crédito Rural no Brasil é uma das mais antigas políticas voltadas para a agropecuária. Foi criado em meados da década de 1960, gerido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e normatizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É considerado pela extensão rural um importante instrumento de apoio às ações extensionistas, pois contribui de forma efetiva para a formação de infraestrutura produtiva dos agricultores, ao aumento da produção e da produtividade e à melhoria das condições de vida das famílias rurais.

O Pronaf, criado em 1996 para a agricultura familiar, disponibiliza crédito simplificado e visa aumentar a renda familiar, criar novos postos de trabalho, estimular a produção de alimentos, possibilitar o acesso a modalidades de financiamento de acordo com a atividade que vai ser explorada (Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Cota-Parte, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares e Pronaf de Comercialização da Agricultura Familiar).

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/13 do Brasil teve um aumento de 7,4% no volume de recursos disponíveis para custeio e investimento da produção, totalizando R\$ 115,2 bilhões para a agricultura empresarial, cujas taxas de juros foram reduzidas para 5,5% ao ano, contra 6,75% no anterior e R\$ 18 bilhões para a agricultura familiar. Essa ampliação dos recursos no Pronaf segue uma tendência observada ao longo dos anos, sendo que o valor atual representa mais que o triplo disponibilizado no ano 2003/04 (R\$ 5,4 bilhões).

No atual Plano Safra da Agricultura Familiar, o Pronaf mantém o movimento de redução das taxas de juros (atualmente entre 0,5% e 4%) e ampliação dos limites máximos financiados e da renda, para fins de enquadramento dos agricultores.

As mudanças observadas no Pronaf favorecem cada vez mais a participação de um conjunto amplo e diferenciado de agricultores. Todavia, é importante observar em que medida essas alterações têm se traduzido na democratização do acesso e em uma qualificação dos resultados do Programa. De 2003 até 2006, o número de contratos elevou-se para 1,85 milhão e, desde então, foi reduzindo, alcançando nos últimos anos agrícolas cerca de 1,5 milhão, e o valor médio dos mesmos tem-se elevado, passando de R\$ 3.344,89, em 2003, para R\$ 8.639,97, em 2011.

Em 2011, o Governo do Estado instituiu o Plano de Safra Gaúcho, política pública estadual promotora de ações abrangentes de fomento à produção agropecuária do Rio Grande do Sul. Para 2013, está prevista a aplicação de R\$ 2,4 bilhões em complementação aos recursos do Plano de Safra Federal.

O crédito rural, atividade presente na extensão rural oficial desde a sua criação, busca centrar sua ação em quatro eixos estratégicos: fortalecimento de parcerias; desenvolvimento, melhoria de ferramentas e investimento em tecnologia; organização de fluxos e procedimentos internos e qualificação profissional de técnicos.

A ação dos técnicos da EMATER/RS-ASCAR com a família pretendente ao crédito rural objetiva:

- compatibilização das ações de Ater com a política de crédito e a integração com as demais políticas públicas, a partir de uma perspectiva sistêmica da unidade familiar de produção;
- a qualificação do crédito rural, de modo a melhorar a renda das famílias respeitando e preservando o ambiente;
- centrar as ações no princípio básico da integração, da confiança, da parceria e do respeito mútuo entre agricultor, técnico e agente financeiro;
- contribuir para a transição agroecológica, através da elaboração e execução de projetos de crédito sustentáveis;
- estabelecer um plano de assistência técnica participativa.

Metas previstas

Descrição	Custeio		Total
	Pronaf Agricultura Familiar	Outros	
Projetos (n°)	5.500	1.000	6.500
Valores (R\$ 1.000.000,00)	66,00	37,00	103,00

Descrição	Investimentos					Total
	Pronaf A	Pronaf B	Agricultura Familiar	Mais Alimentos	Outros	
Projetos (n°)	500	500	8.500	8.000	1.000	19.000

DESTAQUE

Considerada uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar, o Pronaf recebe especial atenção dos extensionistas rurais na sua execução adequada, buscando uma ação dialógica, qualificada, atuante, suficiente e oportuna, visando ao aumento de renda e da qualidade de vida.

◆ Seguro Agrícola Familiar (Seaf)

O Seaf foi criado em 2004, pelo Governo federal, ao amparo da legislação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) do Banco Central do Brasil, atendendo antiga reivindicação do setor e visando minimizar os riscos na produção.

O Seaf promove a utilização de tecnologia, cuidados com o manejo, conservação dos recursos naturais e adoção de medidas preventivas contra as adversidades climáticas. Está vinculado ao financiamento de custeio do Pronaf e ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático do Mapa, agregando nos últimos dois anos a possibilidade de segurar também as parcelas dos financiamentos de investimento.

No Seaf, do total de indenizações realizadas no Brasil desde a sua criação (636.213 contratos), 56,6% (360.253 contratos) localizam-se no Rio Grande do Sul. Com relação ao valor indenizado, 53,1% do que foi pago em todo o país, diz respeito ao Rio Grande do Sul. Com isso, o índice de sinistralidade do Estado, no período de 2004 a 2012, ficou em 12,7% contra 8,0% no Brasil para valor segurado e; 22,4% contra 14,3% no Brasil para número de contratos segurados.

Esses números demonstram que, apesar dos avanços ocorridos nos normativos da Política, bem como nos procedimentos de perícia, as perdas continuam altas, sendo representadas em 92% dos casos por ocorrência de seca.

Objetivos e metas previstos:

- A EMATER/RS-ASCAR atua, preventivamente, nessa política com ações de Ater para a correta implantação e condução das lavouras seguradas e, posteriormente, à ocorrência dos sinistros, na realização das perícias, incluindo vistorias a campo e elaboração e encaminhamento dos laudos aos agentes financeiros.

3 INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO MEIO RURAL

Este item inclui o Programa de Fomento Brasil Sem Miséria, o Programa RS Mais Igual - Rural, o Programa de Apoio a Gênero e Geração, Qualidade de Vida no Meio Rural e Gestão Ambiental.

3.1 BRASIL SEM MISÉRIA E RS MAIS IGUAL - RURAL

O Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE 2010), conta com, aproximadamente, 1,6 milhão de pessoas residentes em 440 mil estabelecimentos rurais, sendo que 378.000 estabelecimentos pertencem à categoria de agricultores familiares. A dimensão da pobreza rural no Estado pode ser expressa por três indicadores principais:

- a) 149.000 famílias rurais estão inscritas no CadÚnico (MDS, 2012);
- b) 77.000 famílias rurais recebem Bolsa Família (MDS 2012);
- c) cerca de 30.000 domicílios estão enquadrados como de extrema pobreza (IBGE, 2010).

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul pretende assistir com serviços de Ater, até 2014, 35.000 famílias de agricultores e populações tradicionais em extrema pobreza, de diversas formas, em diferentes municípios gaúchos.

Como parte dessa estratégia, a EMATER/RS-ASCAR é executora do Programa de Fomento à Inclusão Social e Produtiva, para 6.000 famílias em situação de pobreza extrema, isto é, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais. Esse programa disponibilizará um recurso de R\$ 2.400,00 por família, para que seja executado um projeto produtivo focado na produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização do excedente. Ao referido programa será agregado outro, o RS Mais Renda, que viabilizará uma transferência de renda no valor de R\$ 50,00 mensais, pelo período de 12 meses, para que um membro da família participe de um processo de capacitação, que terá momentos coletivos e individuais e que tratará três eixos:

- cidadania e garantia de direitos;
- contribuições para a Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural;
- contribuições para a inclusão produtiva.

Está em construção, como programa complementar ao combate à pobreza extrema, o Programa Segunda Água, que visa proporcionar a aplicação de mais R\$ 10.000,00 por família, para 2.500 famílias. Esse programa objetiva promover e/ou possibilitar o uso da água, melhorar e/ou possibilitar a produção de alimentos, prioritariamente para o autoconsumo.

Objetivos:

- Colaborar na implantação de políticas públicas voltadas ao público do meio rural do RS em situação de pobreza extrema, em parceria com a SDR, Casa Civil do Estado do RS, MDA e MDS.
- Desenvolver atividades que visam à inclusão dessas famílias como cidadãos e possibilitar a melhoria da sua qualidade de vida.
- Auxiliar no resgate da autoestima das pessoas em situação de pobreza extrema.
- Proporcionar às famílias o conhecimento das políticas públicas disponíveis.
- Proporcionar a produção de alimentos considerando a segurança e a soberania alimentar.
- Proporcionar a melhoria da renda das famílias em situação de pobreza extrema.

Metas previstas

Ação	Meta	
	Unidade de medida	Quantidade
Elaborar projetos para produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização do excedente	nº famílias	6.000
Realizar capacitações para um integrante das famílias selecionadas	nº de pessoas	6.000

♦ Povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas)

A EMATER/RS-ASCAR, na atuação com essa parcela de público beneficiário, indígenas e quilombolas, tem o objetivo de promover a igualdade racial e étnica, assessorando as famílias e suas organizações, de forma a contribuir no processo de construção do seu próprio desenvolvimento, com superação da sua situação de vulnerabilidade social.

Para esse público, a terra é o que garante o seu modo de ser e estar no mundo, dá-lhe as condições de viver, reproduzir e/ou atualizar a sua cultura, através de sua memória coletiva, historicidade e expectativas de vida próprias.

A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada uma importante conquista da luta política dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, uma vez que lhes garante, nos artigos 231 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito às suas diferenças étnico-raciais.

No que se refere a direitos, não somente a legislação brasileira, mas também a internacional garantem o direito à autodeterminação dos povos e, enquanto povos culturalmente diferenciados, devem ser respeitados como tal. O Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos e Comunidades Tribais e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Tomando como pauta essa base legal é que a Instituição vem reconhecendo a igualdade no acesso aos seus serviços, mas com um assessoramento diferenciado, que deve ser construído de maneira dialógica e conjuntamente com os atores sociais envolvidos e parceiros afins.

Povos indígenas

No Estado do Rio Grande do Sul, estão localizadas as duas etnias de maior população do país, os Guarani e os Kaingang e, mais recentemente, foi reconhecida a existência de duas outras, os Charrua e os Xokleng.

Historicamente, os povos indígenas vivenciaram um processo de negligência e/ou opressão por parte do Estado (e suas instituições) que resultou na perda e/ou redução de suas terras, bem como das condições para sua reprodução física e cultural.

Por meio da organização e da luta política dos povos indígenas foi-lhes garantida a necessidade de estabelecerem-se novas relações com o poder público e a sociedade brasileira.

O trabalho de Ater vem assumindo o seu papel nesse novo contexto político-social, pós-Constituição de 1988, assessorando-os no acesso e na garantia dos seus direitos e na construção e/ou execução de programas e projetos que contribuam na construção do seu próprio desenvolvimento.

Metas previstas - Ater Indígena

Medida	Ações	Meta	Recursos (R\$)
Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar Indígena	Ater para todas as aldeias e acampamentos indígenas	21 mil pessoas	2 milhões
	Implantação de projetos e coletivos de geração de renda	59 projetos	
Atividade	Prática	Unidade de medida	Meta
Ater Indígena	Ações de Ater	famílias	2.860
	Produção para autoconsumo	pessoas	7.088
	Atividades de geração de renda		4.818
	Ações de conservação e preservação ambiental		2.086
	Qualificação de técnicos		70
	Ações de melhoria habitacional		1.070
	Ações de educação e promoção da saúde		2.239

Comunidades remanescentes dos quilombos

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, garantiu o direito ao autorreconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Diferentemente do imaginário coletivo civilizador da sociedade brasileira, os quilombos assumiram distintos significados, a partir do conhecimento das realidades existentes no país, portanto, não se referindo tão somente aos locais de refúgio de escravos e/ou ex-escravos.

Na conjuntura atual, ser remanescente de quilombo aciona a memória de uma ancestralidade negra, ligada a um histórico de opressão, mas que politicamente garante o acesso a direitos como reparação a uma dívida histórico-social.

No Rio Grande do Sul, existem 86 comunidades que se autorreconhecem como remanescentes de quilombos, certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Todavia, esse número não expressa a quantidade de situações que já foram identificadas e/ou estão por ser conhecidas no Estado. A estimativa é a existência de mais de 130 comunidades quilombolas nos meios urbano e rural.

Objetivos:

- Qualificar o quadro de profissionais de Ater para atuar dentro dos preceitos legais, respeitando as especificidades socioculturais, econômicas e ambientais dos povos e das comunidades tradicionais.
- Assessorar as famílias indígenas e quilombolas e suas respectivas organizações quanto aos seus direitos como cidadãos brasileiros, bem como os seus direitos como culturalmente diferenciados.
- Apoiar a produção de alimentos para a subsistência e otimizar a comercialização de seus excedentes, bem como ações de geração de renda das famílias indígenas e quilombolas.
- Apoiar a recuperação do solo de áreas degradadas, uma vez que grande parte da ocupação indígena e quilombola dão-se em sobras da colonização ou locais amplamente explorados anteriormente.
- Valorizar seus saberes e suas práticas tradicionais, associadas à produção de alimentos e ao artesanato.
- Apoiar no diagnóstico da realidade vivenciada pelos povos indígenas e pelas comunidades remanescentes de quilombos, por meio de metodologias participativas e dialógicas, a fim de contribuir com a construção de alternativas para o seu próprio desenvolvimento.

Metas previstas - Ater Quilombola

Medida	Ações	Meta	Recursos (R\$)
Fortalecimento socioeconômico de comunidades quilombolas	Ater para comunidades quilombolas	86 comunidades	2 milhões (Funterra)
	Implantação de projetos coletivos de geração de renda em comunidades quilombolas	86 comunidades 3.800 famílias	
Atividade	Prática	Unidade de medida	Meta
Ater Quilombola	Ações de Ater	famílias	1.709
	Produção para autoconsumo	pessoas	2.247
	Atividades de geração de renda		716
	Ações de conservação e preservação ambiental		1.202
	Qualificação de técnicos de Ater		63
	Ações de melhoria habitacional		420
	Ações de educação e promoção da saúde		1.930

◆ Garantia de direitos - Ações socioassistenciais

A assistência social é uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas.

A inserção na seguridade social aponta para seu caráter de política de proteção social que se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e sua família enfrentam no seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.

A Ascar, inserida nesse cenário, é a única entidade no Estado que atua na política de assistência social no meio rural, prestando assessoramento gratuito e continuado na defesa e na garantia de direitos aos cidadãos que vivem no mundo rural.

As ações serão realizadas através da execução de programas e/ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos, fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças do público das políticas de assistência social.

Objetivos:

Os objetivos da Instituição estão articulados às demais políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais e seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, bem como à geração de trabalho e renda, através dos seguintes objetivos:

- contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais;
- ampliar os espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo socioassistencial, bem como o fortalecimento das organizações, a autonomia e o protagonismo do usuário;
- oportunizar capacitações aos ATR responsáveis pelas ações socioassistenciais sobre as políticas e programas sociais;
- elaborar, juntamente com os EM, os planos municipais e relatórios de ações socioassistenciais para apresentação junto aos Conselhos de Assistência Social de 325 municípios do Estado;
- orientar, qualificar e monitorar os projetos socioassistenciais, especialmente naqueles municípios que têm públicos tradicionais e específicos da assistência social;
- promover capacitações para conselheiros dos conselhos municipais de assistência social.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Elaboração de planos municipais de assessoramento defesa e garantia de direitos para inscrever nos Conselhos Municipais de Assistência Social	nº	325
Elaboração de relatórios municipais de assessoramento, defesa e garantia de direitos para apresentar nos conselhos municipais de assistência social		325
Capacitação através do programa de ensino a distância - PAR		02
Empregados capacitados através do ensino a distância		400
Assessoramento em capacitações aos conselheiros municipais de assistência social		85
Assessoramento ao planejamento das Conferências Municipais de Assistência Social		300
Viabilizar a participação de usuários e empregados da Instituição na conferência estadual e nacional de assistência social		02
Ações com público em vulnerabilidade/risco social		350
Ações com pessoas com deficiência		235
Ações com dependentes químicos		105
Promoção da cidadania e organização social	pessoas	39.288
Assessoramento ao acesso a políticas públicas, direitos sociais	nº	18.469
Assessoramento à pessoas em risco/vulnerabilidade social		5.621
Elaboração de material informativo sobre as políticas sociais institucionais		12

◆ Ates em assentamentos de Reforma Agrária

A Reforma Agrária, no Estado do Rio Grande do Sul, abrange 96 municípios, com 13.598 famílias assentadas em 283.852,14 hectares.

Existem, atualmente, 334 assentamentos entre projetos da União e do Estado. Desse total, 157 projetos organizados em 175.401,20 hectares, totalizando 7.874 famílias, são Assentamentos Federais (PA) e 145 projetos, organizados em 83.865,55 hectares, com 5.521 famílias, são Assentamentos Estaduais. Também existem 32 projetos de assentamentos compartilhados entre Federação e Estado, com área total de 24.585,38 hectares, com 1.149 famílias. Atualmente, há uma concentração de assentamentos implantados na metade Sul do Estado, devido aos vazios urbanos existentes e à disponibilidade de área na região.

Objetivos:

- Prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas, através de ações articuladas com as suas organizações, incluindo assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas pertencentes a cada um dos nove Núcleos Operacionais sob responsabilidade da EMATER/RS-ASCAR, conforme contratos aditivados entre a Emater/RS e o Incra em janeiro de 2012, e que deverão ser novamente aditivados em janeiro de 2013, para atendimento mais constante e com maior frequência, com ênfase ao desenvolvimento rural sustentável.
- Garantir a produção de subsistência e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, apoiando, ao mesmo tempo, os processos orientados ao desenvolvimento social, econômico e ambiental de todas as famílias assentadas e comunidades do entorno.
- Contemplar no Programa de Reforma Agrária para Ater a famílias excluídas do programa de Ates, devido à emancipação/titulação dos seus respectivos lotes pelo Incra e Governo do Estado.
- Realizar atividades nas áreas produtivas priorizadas nas atualizações dos PDA/PRA, com intensificação em conformidade com as necessidades de cada Núcleo Operacional de Ates.
- Desenvolver atividades educativas bimensais nas escolas dos assentamentos, abordando temas sociais e ambientais, tais como educação ambiental, saúde preventiva, destinação do lixo, saneamento básico, práticas de higiene, organização social, áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, manejo e conservação do solo e água e segurança alimentar e nutricional.
- Intensificar ações para maior participação das famílias assentadas no fornecimento de produtos para o PAA e ao PNAE.

- Realizar oficinas para grupos de famílias que compõem o Núcleo Operacional de Ates, esclarecendo sobre doenças infectocontagiosas, boas práticas para a preparação higiênica dos alimentos, proteção de fontes de água e manejo do entorno da residência, saneamento básico, destinação final dos resíduos sólidos (lixo doméstico), destinação das embalagens de agrotóxicos, compostagem e encaminhamento para reciclagem de resíduos sólidos cumulativos.
- Elaborar e acompanhar projetos de Pronaf A, visando à implantação do plano de desenvolvimento econômico das famílias assentadas.
- Intensificar ações na atividade leiteira, buscando melhorar cada vez mais a qualidade do leite produzido nos assentamentos.
- Intensificar, em ações conjuntas com o Departamento de Desenvolvimento Agrário, a melhoria dos serviços nos assentamentos de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.

Metas previstas

Discriminação	Ações (nº)	Famílias (nº)	Assentamentos (nº)
Assessoria técnica, social e ambiental		4.943	137
Assistência técnica e extensão rural		601	15
Acompanhamento, execução, avaliação e atualização dos PDA/PRA	137	4.943	137
Realização de atividades quadrimestrais de educação ambiental	411	4.943	137
Realização de atividades nas áreas produtivas, conforme planos	822	4.943	137
Elaboração e execução de projetos de crédito	500	500	50
Ações nas políticas PAA, PNAE	234	4.943	137
Realização de ações educativas nas escolas dos assentamentos	822	4.943	137
Elaboração de laudos de orientação técnica e supervisão creditícia	900	300	35
Oficinas na área de bem-estar social	822	4.943	137
Acompanhamento de projetos com recursos do BNDES e MDS	234	4.943	137
Realização de visitas anuais	9.886	4.943	137
Elaboração de planos ambientais para os Núcleos Operacionais	9	4.943	137

DESTAQUE

- Intensificação das ações de Ates nas políticas públicas do PAA e PNAE, para inserção do máximo de famílias assentadas no fornecimento de alimentos produzidos nos assentamentos para a merenda escolar e venda direta no PAA do Governo Federal.
- Intensificação das ações de Ates na implantação dos projetos com recursos do BNDS e do MDA, que totalizam R\$ 75 milhões, para desenvolvimento dos assentamentos.

◆ Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário possui duas linhas de financiamento ou subprogramas: Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Combate à Pobreza Rural (CPR), o que permite aos agricultores(as) familiares e jovens o acesso a recursos financeiros que viabilizam a aquisição de terras, a instalação de infraestrutura básica, a implementação do projeto produtivo, a qualificação/capacitação profissional e a assessoria técnica e gerencial, entre outras ações.

A EMATER/RS-ASCAR, atuando na maioria dos municípios do RS, é responsável pela elaboração de pareceres técnicos dos projetos produtivos de todas as propostas nessa atividade.

Objetivos:

- Oportunizar a aquisição de terra aos agricultores familiares.
- Oportunizar a capacitação e a qualificação profissional desses agricultores familiares.
- Ampliar e consolidar a agricultura familiar, público prioritário das ações de Ater.
- Propiciar o aumento da renda e a consequente melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

Metas previstas

Discriminação	Quantidade
Gestão de propostas do PNCF e elaboração de pareceres técnicos	500
Capacitação de agricultores	400
Monitoramento e acompanhamento dos projetos através do Simon	1.000

DESTAQUE

A continuidade do acompanhamento dos beneficiários do PNCF, através das chamadas de Ater.

3.2 GÊNERO, JUVENTUDE RURAL, SUCESSÃO FAMILIAR E GERAÇÃO

Este Programa de Apoio a Gênero e Geração inclui a Questão de Gênero - Mulher Rural, Idosos e Juventude Rural - Sucessão Familiar.

◆ Questões de Gênero - Mulher Rural

As ações voltadas a Questão de Gênero - Mulher Rural realizadas pela Instituição destinam-se a reduzir as desigualdades sociais entre homens e mulheres, no que tange aos direitos de cidadania, política e social, cujas raízes, históricas e culturais, embasam o processo de discriminação entre os gêneros.

A FAO (2010/2011) destaca a grande importância das produtoras rurais na produção de alimentos, bem como denuncia as desigualdades existentes entre os sexos em termos de financiamentos, acesso à terra e a órgãos decisórios, sobrecarga de trabalho, entre outros. Ainda revela que as mulheres podem contribuir significativamente para a diminuição da fome no mundo caso tenham mais acesso à terra, às tecnologias, aos serviços financeiros e à educação. Isso porque ainda é evidente a desigualdade entre homens e mulheres no âmbito agrícola. Propiciar o mesmo acesso aos recursos agrícolas às mulheres aumentaria entre 20 e 30% o rendimento delas, o que significaria um crescimento de 2,5% a 4% na produção agrícola total dos países em desenvolvimento.

Conforme dados da PNAD-2010, no Brasil, a população feminina equivale a 47,4% das pessoas residentes no meio rural, ou seja, 14.133,191 mulheres. Do total da população rural do Rio Grande do Sul (1.593.638), elas correspondem a 47,6%, ou seja, 759.365 mulheres, muitas delas sem acesso a cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, assentada da reforma agrária, quilombola ou indígena.

De acordo com Abramovay (2005), a continuidade da agricultura familiar estaria comprometida em razão da saída dos jovens do campo e do consequente processo que ele denomina *envelhecimento rural*. O fenômeno do êxodo, aliás, atingirá principalmente as mulheres, provocando a “masculinização” das áreas rurais.

Historicamente, as políticas públicas foram direcionadas à família ou à unidade de produção familiar rural. Ao ignorar a noção de “família” como unidade de referência de planejamento e ação, e ao escolher o “chefe da família” (homem) como interlocutor, essas políticas reproduziram a lógica de exclusão, na qual o trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da

divisão sexual do trabalho da seguinte forma: as mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos e, os homens, pelo trabalho gerador de renda, único reconhecido como produtivo. As representações da desigualdade foram reforçadas pela noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na lavoura. Essa divisão sexual do trabalho desconsidera a contribuição das mulheres para a geração de renda da família, eleva a segregação do trabalho familiar e concentra na mão dos homens a gestão e a tomada de decisão na unidade de produção familiar ou no grupo de produção.

Esta lógica começa a ser revertida, a partir da mobilização e organização social das mulheres rurais, através de reivindicações e proposições no sentido da construção de políticas específicas que realmente possam promover a autonomia econômica, social, e política das mulheres rurais.

Há, portanto, a necessidade de que a institucionalidade impulse a criação de novas políticas públicas que contemplem a garantia dos direitos sociais, à terra, ao crédito, aos serviços rurais e à comercialização, visando promover a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais.

As ações desenvolvidas pela Ater visam à inclusão social e produtiva das mulheres e ao desenvolvimento de suas habilidades empreendedoras para garantir o autossustento, contribuir para a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos, à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural.

Objetivos:

- Realizar ações de inclusão social e produtiva de mulheres em situação de extrema pobreza.
- Realizar ações de formação e qualificação das mulheres em situação de extrema pobreza nas áreas da produção, organização e comercialização.
- Realizar ações de visibilização do trabalho realizado pelas mulheres rurais.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Acesso aos instrumentos e às políticas de produção e comercialização	pessoas	2.255
Geração de renda	pessoas	4.923
	grupos	497
Formação para a inclusão social e produtiva	pessoas	6.385
Acesso as políticas públicas e aos direitos sociais		12.315

DESTAQUE

Ações de inclusão social e produtiva de mulheres em situação de extrema pobreza.

♦ Juventude rural e sucessão familiar

O público jovem rural da extensão rural no RS é formado por filhos de agricultores familiares, pescadores, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, indígenas e remanescentes de quilombolas, com idade que varia de 15 a 29 anos.

No Brasil, conforme IBGE (2010), cerca de oito milhões de pessoas na faixa etária considerada jovem (15 a 29 anos) estão no meio rural, representando 27% de toda a população rural.

Conforme Ferreira e Alves (2009), para os jovens que vivem no meio rural, as oportunidades de trabalho e construção de autonomia são mais difíceis, pois se inserem em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola e em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família. Assim, a transmissão da propriedade - e sua continuidade, que passa pelos critérios de sucessão/herança -, constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das lidas agrícolas.

Estima-se que, para esta década, aproximadamente, 81.000 jovens emigrarão para as cidades anualmente. Ainda, estima-se que 92 mil mulheres irão migrar para as cidades no Brasil, por ano, nesta década. Dessas, 25 mil serão mulheres jovens (IBGE, 2010).

No Rio Grande do Sul, existem 2.640.642 jovens, sendo que 2.304.616 vivem no meio urbano e 336.026 estão no meio rural, o que equivale a 12,07% (IBGE 2010). Complementarmente, os dados apontam para a masculinização e ao envelhecimento no campo.

A dinâmica do sistema capitalista determina grandes transformações nas condições e relações de trabalho, cada vez mais complexas, na agricultura familiar. Nessa perspectiva, a juventude rural é o segmento mais afetado por essa situação, migrando para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

Em pesquisa realizada por Weisheimer (2009), na agricultura familiar do RS, metade dos jovens adolescentes entrevistados não pretende se estabelecer na agricultura familiar. Já entre os jovens de 20 e 25 anos, 65,3% pretendem permanecer. Entre os jovens adultos, esse percentual chega a 79,9%. Pode-se perceber que existe uma progressiva adesão à permanência na atividade rural dos jovens relacionados ao amadurecimento. Cabe destacar que, quando questionados sobre seu gosto pela atividade agrícola, a maioria dos jovens gosta da atividade, sendo que, quem a rejeita, são os adolescentes. Porém, mesmo quem gosta da atividade não permanece no campo, por incentivo dos pais, que preferem para os filhos projetos fora da atividade agrícola. Sabendo-se que os processos sucessórios começam, desde cedo, com a socialização para o trabalho em família, pelo qual as crianças e os adolescentes vão adquirindo o gosto, incentivados pelos pais, existe hoje forte tendência ao afastamento dos jovens do meio rural, também motivados pelos pais.

No Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE (2000), dos jovens rurais que saem do meio rural, o maior percentual é constituído por mulheres (53,3%), o que predispõe ameaça à sucessão, no que se refere à reprodução da agricultura familiar.

A Emater-RS/Ascar atua com os jovens rurais e suas famílias, de forma individual e coletiva, articulando os movimentos sociais da juventude, sociedade civil e órgãos governamentais, no sentido da construção e execução de políticas públicas específicas, afirmativas e efetivas que garantam a sua inclusão social e produtiva e, também, promovam o desenvolvimento rural sustentável.

A criação de espaços legítimos, políticas e programas específicos para os jovens rurais poderá representar um marco institucional diferenciado no âmbito das relações de acordos e disputas políticas, no Estado do Rio Grande do Sul. Tal fato relaciona-se às seguintes inquietações: preocupação com a falta de perspectivas da juventude rural; ameaça à continuidade da agricultura familiar no Estado; rejeição dos jovens para a permanência no meio rural. A estruturação dos fóruns regionais e estadual unindo os movimentos da juventude rural, com o objetivo de uma convergência das suas demandas, fortalecerá o diálogo com os gestores das políticas públicas.

Objetivos:

- Fortalecer a representação efetiva das lideranças jovens na elaboração da Política Estadual de Juventude Rural junto ao Grupo Temático Juventude Rural, ligado diretamente ao Gabinete do Governador.
- Oportunizar a operacionalização do Programa Bolsa Jovem, que deverá acontecer em 2013.
- Propiciar participação ativa dos jovens na ampliação dos recursos do Pronaf Jovem.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Acesso/qualificação e formulação de políticas públicas	jovens	2.401
Participação em redes/fóruns coletivos e outras formas organizacionais de juventude		3.936
Acesso ao trabalho e à geração de renda		2.387
Ações de esporte, lazer e inclusão cultural		19.227
Diagnósticos da realidade local/regional da juventude rural		1.846
Acompanhamento, pesquisa e monitoramento do Pronaf Jovem		120
Fórum Estadual da Juventude Rural	evento	3
Elaboração de material técnico - Caderno de Experiência da Juventude Rural - 2ª Edição	publicação	1
Publicação através de artigo da pesquisa do Pronaf Jovem		1

◆ Geração (idosos)

O Estado, a família e a sociedade têm o dever de assegurar o bem-estar, a dignidade e o direito à cidadania à pessoa idosa. A EMATER/RS-ASCAR, em sua ação com esse público, permeada nas diversas áreas de atuação da Instituição, busca sua inserção, através de direitos socioassistenciais, de ações de qualidade de vida, cidadania, promoção da saúde e organização social.

A garantia da proteção social à pessoa idosa está na própria Constituição (art. 194), como direito à assistência, à previdência e à saúde, com ações integrando a sociedade e os poderes públicos, com implicações tanto na garantia da renda como nos serviços especializados, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

Estudos mostram que a população idosa cresce em ritmo maior do que o número de pessoas que nascem. No Brasil e no Rio Grande do Sul, esse crescimento é sistemático e consistente, combinado com fatores tecnológico, em especial, na área da saúde. Enquanto que a expectativa de vida no Brasil é de 73,4 anos, (IBGE 2010), no Rio Grande do Sul, a expectativa de vida está acima da nacional, sendo de 76,5 anos.

Objetivos:

- Contribuir para a formação de agentes sociais e formulação de políticas públicas destinadas aos idosos do meio rural.
- Organizar e assessorar grupos de idosos, buscando a valorização do resgate cultural e sua inserção nos espaços comunitários e familiares, propiciando-lhes qualidade de vida.
- Propiciar atividades de cultura, recreação e lazer, informação e viabilização ao acesso às políticas públicas para a busca de seus direitos e para o exercício da plena cidadania.
- Desenvolver atividades que visem à promoção do envelhecimento saudável e ativo nos planos físico, mental, social e cultural, valorizando e capturando sua contribuição para o resgate continuado da memória local.
- Qualificar os encontros regionais e locais com as pessoas idosas, relacionado à qualidade de vida e interação social e garantia de direitos.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	198
Ações de qualidade de vida	idosos	11.566
Acesso aos direitos socioassistenciais		2.824

DESTAQUE

Assessoramento em atividades socioassistenciais em qualidade de vida, cidadania, promoção da saúde e organização social para aproximadamente 14.000 idosos.

3.3 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

Este item inclui as ações de educação e promoção da saúde e políticas públicas em saúde.

♦ Educação e promoção da saúde

A EMATER/RS-ASCAR atua na melhoria da qualidade de vida da população rural por meio de ações de educação e promoção da saúde. Dentro da perspectiva da educação, as ações preconizam que o público assistido adquira e resgate conhecimentos e habilidades sobre a relação saúde-doença, podendo tornar-se sujeito do autocuidado, o que impacta na saúde da família e da comunidade, no seu bem-estar e na sua qualidade de vida. Na perspectiva de promoção da saúde, as ações contribuem para redução das vulnerabilidades e dos riscos à saúde, desencadeando processos de equilíbrio saúde-ambiente, de harmonia na vivência e convivência entre as famílias e pessoas.

As ações de Ater estão baseadas na realidade de cada região, considerando os dados epidemiológicos existentes, e são executadas como apoio e integração com o Serviço de Vigilância em Saúde, nos níveis de gestão municipal, regional e estadual. Têm como principais objetivos promover a prevenção das diferentes doenças, orientar sobre os riscos potenciais dos agrotóxicos, esclarecendo sobre produção de alimentos saudáveis e apoiar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), bem como a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Ações de controle de zoonoses e vetores	ações/pessoas	641/29.623
Ações de educação (prevenção de DST, do câncer, drogas ilícitas, vacinações)		795/17.383
Ações de educação e prevenção de acidentes		693/10.482
Ações de promoção da saúde bucal		133/5.593
Ações de promoção da saúde		1.962/28.458

DESTAQUE

Promoção e prevenção da Saúde do(a) Trabalhador(a) Rural.

◆ Políticas públicas em saúde

O SUS, que se apresenta como forma de cuidado da saúde da população brasileira, trouxe algumas iniciativas e mudanças importantes no acesso aos serviços para a população rural. Assim, a participação da sociedade civil mostra-se parte desse processo democrático e dos princípios desse sistema. O controle social, que se dá através da atuação junto aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, deve agir para que o Estado garanta o direito à saúde por meio de políticas sociais, ambientais e econômicas, além de manter serviços permanentes para a promoção, proteção e recuperação da saúde, aplicando os recursos na saúde conforme definidos legalmente (12% do orçamento do Estado).

A Ater tem importante papel a desenvolver nessa área, contribuindo para o fortalecimento do SUS e permitindo que se avance, significativamente, na execução de políticas públicas de saúde.

Objetivos:

- Fortalecer os espaços de construção, deliberação e divulgação para execução das políticas públicas em saúde.
- Garantir a participação da extensão rural e do público rural nos espaços representativos de discussão sobre saúde.
- Orientar os extensionistas rurais e seu público assistido, com relação às políticas de saúde, ao SUS e às formas efetivas de controle social.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Participação nos Conselhos Municipais de Saúde	pessoas	314
Representações nos Conselhos Municipais de Saúde		252
Representações no Conselho Estadual de Saúde		1

DESTAQUE

Fortalecimento da participação institucional em espaços de discussão das políticas em saúde.

3.4 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental visa ordenar as atividades humanas para que elas não agredam o meio ambiente, utilizem boas práticas agrícolas para melhorar a conservação do solo e da qualidade da água, além de gerar atividades economicamente viáveis.

Fazer gestão ambiental é administrar o exercício de atividades econômicas e sociais utilizando, de maneira racional, os recursos naturais, renováveis ou não.

A gestão ambiental deve visar ao uso de práticas que garantam a conservação e preservação da biodiversidade, a reciclagem das matérias-primas e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais. Fazem parte também do arcabouço de conhecimentos associados à gestão ambiental técnicas para a recuperação de áreas degradadas, técnicas de reflorestamento, métodos para a exploração sustentável de recursos naturais e estudo de riscos e impactos ambientais para a avaliação de novos empreendimentos ou ampliação de atividades produtivas.

A prática da gestão ambiental introduz a variável ambiental no planejamento empresarial e, quando bem aplicada, permite a redução de custos diretos - pela diminuição do desperdício de matérias-primas e de recursos cada vez mais escassos e mais dispendiosos, como água e energia, e de custos indiretos, representados por sanções e indenizações relacionadas a danos ao meio ambiente ou à saúde de funcionários e da população de comunidades que tenham proximidade geográfica com as unidades de produção da empresa. Um exemplo prático de políticas para a inserção da gestão ambiental em empresas tem sido a criação de leis que obrigam a prática da responsabilidade pós-consumo.

À medida que a sociedade vai se conscientizando da necessidade de se preservar o meio ambiente, a opinião pública começa a pressionar o meio empresarial a buscar meios de desenvolver suas atividades econômicas de maneira mais racional.

Este item inclui as ações de educação ambiental e RS Biodiversidade e Geoprocessamento .

◆ Educação ambiental e RS Biodiversidade

O RS Biodiversidade é uma das políticas do Governo do Estado, em parceria com o Banco Mundial, para proteção e conservação dos recursos naturais, mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento regional. O Programa busca compatibilizar as atividades de agricultura, silvicultura e pecuária, dentro de um contexto holístico de ecossistema e gerenciamento dos recursos naturais.

O Projeto, coordenado pela Sema, tem como entidades executoras a EMATER/RS-ASCAR, a Fundação Zoobotânica (FZB) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Possui uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), com sede na Sema, da qual participam as entidades executoras.

Nos quatro anos previstos para sua execução (assinatura da efetividade em 22/02/11), serão investidos US\$ 11,1 milhões na conservação e recuperação da biodiversidade, sendo US\$ 5 milhões provenientes do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e US\$ 6,1 milhões do Governo do Estado. O órgão de mediação para execução do Projeto é o Banco Mundial (BIRD). O Projeto RS Biodiversidade abrange 33 municípios - 22,5% da área do Estado, onde vivem 1,2 milhão de pessoas. É dividido em quatro áreas, sendo que três delas - Campos da Campanha, Escudo Sul-Rio-Grandense e Litoral Médio - localizam-se integralmente no Bioma Pampa e a última, denominada Quarta Colônia, tem parte de seu território no Bioma Mata Atlântica e parte no Pampa.

A essência do Projeto está centrada na geração de conhecimento, no fortalecimento das instituições e dos instrumentos de gestão. Abrange ainda ações no setor produtivo, através do estímulo à utilização de práticas que visem à conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo estimulem os setores produtivos regionais.

O projeto é composto por três componentes:

- o primeiro trata de incorporar a proteção da biodiversidade ao desenvolvimento dos setores produtivos da economia e das comunidades, trabalhando com elas para a conservação e utilização de práticas sustentáveis no ambiente rural. Nesse componente, a EMATER/RS-ASCAR deverá atuar junto aos pecuaristas familiares mediante a implantação de UD e na elaboração de projetos que visam à ampliação da produção de carne a partir da conservação do campo nativo;

- o segundo componente abrange o desenvolvimento de ações e instrumentos para que se viabilize uma adequada gestão da biodiversidade, com enfoque na educação ambiental e na produção de conhecimento, a difusão do tema serviços ambientais, o manejo de espécies exóticas invasoras e a elaboração e aplicação de instrumentos para gestão. O componente possui uma ação abrangente na divulgação do tema da biodiversidade através de programas de TV e rádio e na educação ambiental em escolas, através de uma parceria com a Secretaria Estadual da Educação, na produção de material didático e participação em eventos relacionados ao tema;
- por fim, o terceiro componente visa ao gerenciamento do próprio Projeto, que abrange ações como a implementação da UGP e do Sistema de Monitoramento e Avaliação (Sigma).

Os benefícios previstos do RS Biodiversidade incluem a identificação de situações de risco e a elaboração e implementação de planos de ação. Nas áreas a serem conservadas, serão repassadas recomendações de proteção e desenvolvimento de mecanismos de compensação à preservação e à conservação da biodiversidade, oferecendo alternativas técnicas e econômicas às comunidades.

Serão realizados estudos para estabelecimento de corredores de biodiversidade e implantadas UD em propriedades selecionadas, nos municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete, Quaraí, Lavras do Sul, Maçambará, Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Caçapava do Sul, entre outros, que servirão como laboratório para a realização e validação de práticas como Dias de Campo e Reuniões Técnicas, abordando a recuperação e a conservação da biodiversidade nas propriedades rurais.

O RS Biodiversidade deverá beneficiar mais de 500 famílias através da elaboração de projetos para fomento de práticas de uso sustentável da biodiversidade, nos quatro anos do projeto. Estima-se em mais de 1.600 os beneficiários (agricultores familiares, professores de escolas, agentes de entidades públicas) a serem atendidos diretamente com alguma atividade do Projeto.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Município/Quantidade
Elaboração de projetos	nº	33/225
Dia de Campo		15/800*
Oficina de Educação Ambiental		5/180**
Curso presencial para grupos específicos		11/275**

* em média 40 beneficiários por evento. **30 beneficiários por oficina. *** 25 beneficiários por curso.

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Melhoramento e manejo de campo nativo e SAF	Dias de Campo	20
Elaboração de projetos	projetos	225
Educação ambiental	oficina	5
Capacitação para grupos específicos	cursos	11

◆ Geoprocessamento

O geoprocessamento, na EMATER/RS-ASCAR, constitui-se em uma atividade meio, servindo de apoio à execução da Ater, principalmente no planejamento e no monitoramento das atividades. No escritório central, ocorrem as ações de coordenação estadual da área e a elaboração de produtos cartográficos, atendendo a diversas demandas (da Diretoria e das Gerências Estaduais, entre outras), relativos à regionalização e ao apoio ao planejamento de atividades das diferentes áreas como crédito rural, irrigação e drenagem e bem-estar social, entre outras. No campo, as atividades desenvolvidas estão relacionadas ao crédito rural, à irrigação, à drenagem e aos laudos de Proagro, sempre no intuito de georreferenciamento das atividades, através do uso do GPS e *software* para seu processamento e armazenamento.

Com a sanção do Novo Código Florestal, a demanda por ações de geoprocessamento terão um aumento por capacitação técnica e elaboração de mapeamentos, em vista da necessidade de implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), ambos previstos na nova lei. Também as demandas de qualificação dos projetos de crédito fundiário têm considerável aumento, principalmente, na adequação das propostas relacionadas à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), que contempla um conjunto de normas de caracterização e elaboração de mapeamentos, com vistas a padronizar as informações relacionadas às metodologias e aos instrumentos de elaboração cartográfica. Em vista dos eventos climáticos adversos ocorridos, como secas e enchentes, as demandas por vistorias e laudos de Proagro também sofrem um sensível aumento de atividades de georreferenciamento e dimensionamento das perdas sofridas nas lavouras de inverno e verão.

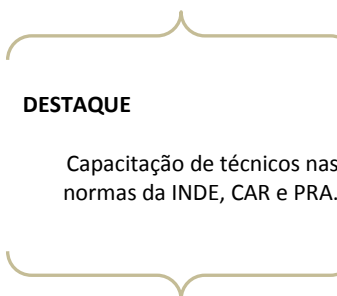
Objetivos:

- Capacitar técnicos.
- Implantar UD.
- Realizar mapeamentos diversos.
- Participar em projetos em parceria com a Sema e com a SDR.

Para o ano de 2013, estão previstas 12 reuniões técnicas regionais para planejamento e avaliação das atividades, articuladas com as ações de crédito rural, irrigação, cooperativismo e gestão ambiental. Também está prevista a realização de uma capacitação para técnicos, para o mês de maio, com o objetivo de nivelar informações técnicas acerca das ferramentas e das normas da Inde, com vistas às ações de implementação do CAR e PRA.

Metas previstas

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Elaboração de croqui de áreas	produtores/croqui	9.694/10.241
Georreferenciamento de áreas (medição com GPS)	produtores/medições	6.862/7.397
Capacitação de ATR	eventos/técnico	01/12
Realização de reuniões regionais para planejamento das atividades	reuniões	12



4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICOS E AGRICULTORES

Este item inclui a formação de técnicos e a qualificação de agricultores.

◆ Formação de técnicos

A formação de recursos humanos na EMATER/RS-ASCAR é uma atividade permanente, continuada e de abrangência estadual. Além do processo de capacitação inicial, pelo qual todos os profissionais que ingressam no serviço de Ater devem passar, existe também a necessidade de formação técnica e social continuada nas mais diversas áreas de atuação. Essa proposta está atrelada à concepção de Ater com função extensionista bem definida. Espera-se, para 2013, capacitar os técnicos da instituição por 2 semanas/ano, nas diversas modalidades e áreas afins. O processo de formação técnico-social está estruturado e é desenvolvido por uma equipe formada pelo Grupo Gestor de Formação, composto por Diretoria Técnica (Ditec), Gerência Técnica (GET), Gerência de Planejamento (GPL), Gerência de Recursos Humanos (GRH), Gerência de Tecnologia da Informação (GTI), Gerência de Comunicação (GEC) e Esreg.

◆ Qualificação de agricultores

O Programa de Qualificação de Agricultores tem por objetivo desenvolver, através de cursos e outros eventos de qualificação, a capacidade gerencial dos agricultores nas áreas de produção, transformação e beneficiamento de produtos, visando ao incremento da renda e ao aumento da competitividade, através da agregação de valor à produção e do fortalecimento dos processos organizativos. A EMATER/RS-ASCAR desenvolve as atividades de capacitação em centros de formação, em conjunto com entidades e parcerias locais, regionais e estaduais. Os centros estão localizados em diferentes regiões do Estado e oferecem cursos nos quais há a disponibilidade de hospedagem e alimentação aos alunos, visto que o contato, a troca de informações e a convivência das pessoas durante o período dos cursos também fazem parte do processo de aprendizagem. Os cursos têm uma carga horária média de 40 horas e os alunos pagam apenas os valores referentes ao custo da hospedagem, da alimentação e do material didático.

Nas comunidades, a extensão rural utiliza metodologias de capacitação de caráter mais abrangente, tais como Demonstrações de Métodos, Dias de Campo e encontros para divulgar ao público técnicas adequadas e mostrar os bons resultados obtidos através do trabalho individualizado nas propriedades.

Metas previstas

Especificação	Unidade de Medida	Evento/Participante
Cursos em centros de formação - produtores	nº	160/2.400
Cursos em comunidades - produtores		1.056/15.008
Reuniões técnicas e encontros instrutores		19/246
Formação técnico-social (capacitação inicial)		32/537

DESTAQUE

A capacitação dos técnicos que ingressaram na instituição a partir de 2009 ocorre em quatro módulos. O primeiro módulo é executado pelo escritório central e os demais pelos Esreg. Antes de cada módulo, é realizada capacitação dos facilitadores.

5 OUTRAS ATIVIDADES

Este item inclui as ações das áreas de Classificação e Certificação e Serviços de Acompanhamento e Dados Básicos.

♦ Classificação e Certificação

A Gerência de Classificação e Certificação desenvolve um conjunto de ações originadas dos seus programas, executando serviços que contribuem para monitorar, garantir e aumentar o controle da qualidade e a segurança dos alimentos.

Os serviços desenvolvidos abrangem os seguintes segmentos:

- a cadeia do agronegócio: produtores (pequenos, médios e grandes), cooperativas, indústrias, empresas comercializadoras de grãos, armazenadores e demais afins a nossa atividade;
- programas sociais: Governos municipais, estaduais e federal (MAPA; importação e exportação; Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - doações humanitárias; prefeituras - merenda escolar).

O atendimento desse público ocorre através de:

- 1 Gerência Estadual de Certificação e Classificação (GCC);
- 1 Núcleo Laboratorial, para análises físicas, químicas e biológicas;
- 1 Núcleo de Certificação, para certificação de armazéns e do produto erva-mate;
- 1 Núcleo de Classificação de produtos de origem vegetal;
- 31 Unidades de Classificação (UCL) e 12 Postos de Fronteiras.

O serviço administrativo é informatizado via Sistema de Classificação (Sisclas), utilizado para emissão de laudos/certificados de análises físicas (classificação) e análises físico-químicas, com possibilidade de acesso dos clientes via Extranet.

Programas/Serviços:

- Classificação de produtos vegetais: alimentação humana; importação; exportação; operações da Conab; programas sociais dos Governos municipais, estadual e federal (Alimentação Escolar; Arroz na Bolsa).
- Análises físico-químicas de produtos vegetais.
- Controle da qualidade da matéria-prima - produtos vegetais - na origem, no destino final, no recebimento de Safra.
- Pré-auditorias e auditorias para certificação de Unidades Armazenadoras (compulsória).
- Pré-auditorias e auditorias em Certificações da Erva-mate (voluntária).
- Treinamentos sobre Qualidade na Classificação de Grãos e Boas Práticas no Armazenamento de Grãos.

Objetivos:

- Manter a autossuficiência elevando resultados.
- Ampliar a aquisição de equipamentos técnicos e operacionais.
- Adequar quadro de pessoal e capacitá-los nas áreas técnicas e administrativas.
- Ser a empresa referência de qualidade em serviços de Classificação e Certificação.
- Aprimorar o atendimento e a satisfação dos clientes internos e externos.
- Desenvolver ações junto com a extensão rural que qualifiquem a produção agrícola.
- Aumentar a arrecadação financeira.
- Prospectar novos clientes e serviços para atender as demandas do mercado.
- Ampliar a prestação de serviços de pré-auditorias, auditorias e treinamentos (indústrias, agroindústrias, armazéns).
- Trabalhar com novas ervateiras para adquirirem a Certificação da Erva-Mate.
- Conquistar clientes no serviço de certificação de Unidades Armazenadoras.
- Implantar a análise da gestão financeira nas unidades.

♦ SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E DADOS BÁSICOS

A EMATER/RS-ASCAR, através da GPL, que, apoiada na capilaridade e na presença efetiva junto aos agricultores e suas entidades representativas, vem consolidando sua participação na coleta de dados básicos de safra dos principais produtos agropecuários gaúchos, incluindo dados de produção, produtividade e preços, que são disponibilizados para órgãos de Governo e para a imprensa em geral.

Essa atividade é essencial na colaboração com os Governos estadual e federal, uma vez que o fornecimento de dados e informações contribui para a articulação de diversas políticas públicas orientadas para o rural.

Metas previstas

Discriminação	Quantidades
Acompanhamento das lavouras de grãos - Pesquisa Ipan - quinzenal	120
Informativo Conjuntural - semanal	52
Levantamentos tecnológicos das principais culturas de grãos	6
Levantamento de preços semanais dos principais produtos agropecuários	52
Levantamento de intenção de plantio	20
Informação à mídia estadual/nacional e informação para fins judiciários/outros	300
Assessoramento e reuniões de planejamento regional e microrregional	24
Sistematizações de experiências assistidas pela EMATER/RS-ASCAR	64
Elaboração de fichário de experiências	1.000